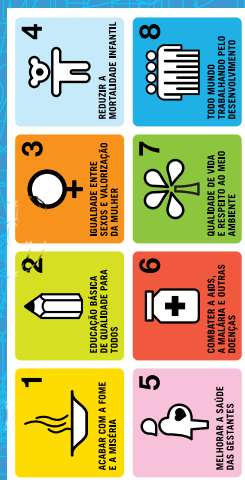


Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)



j Rede
Ethos
de Jornalistas

Empresas e
Responsabilidade Social

INSTITUTO
ETHOS

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) é uma publicação do Instituto Ethos, distribuída gratuitamente aos jornalistas.

Realização

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Rua Francisco Leitão, 469 – 14º andar – Conj. 1407
05414-020 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3897-2400
Fax: (11) 3897-2424
Visite o site: www.ethos.org.br

Patrocínio

Basf, Bradesco, Instituto Algar, Natura e Novartis

Apoio institucional

Fundação Ford

Apoio

Maxpress e Suzano

Texto

Coringa Editorial
Luci Ayala – redação
Mariana Nadai – pesquisa

Revisão

Márcia Melo

Colaboradores do Instituto Ethos

Andréa de Lima, Caio Magri, Cristina Spera, Emilio Martos, Giselle Paulino, Inês Berloff, Karinna B. Forlenza (captação de patrocínio), Leno F. Silva, Mauricio Mirra, Patrícia Saito (Rede Ethos de Jornalistas), Paulo Itacarambi, Simone Ribenboim

Agradecimentos

Sandra Diogo (Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade)

Projeto e produção gráfica

Waldemar Zaidler, William Haruo
Planeta Terra Design

Impressão

Margraf Editora e Indústria Gráfica

Tiragem: 2.500 exemplares (1ª edição)
São Paulo, maio de 2006

Permitida a reprodução desta publicação, desde que citada a fonte e com autorização prévia, por escrito, do Instituto Ethos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) / [Luci Ayala redação ; Mariana Nadai pesquisa]. -- São Paulo : Instituto Ethos, 2006.	
Vários colaboradores.	
ISBN 85 88046 30 - X	
1. Desenvolvimento sustentável 2. Empresas – Responsabilidade social 3.Objetivos de Desenvolvimento Milênio (ODM) I. Ayala, Luci II. Nadai, Mariana.	
06-3685	CDD-338.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): Economia 338.9

Esclarecimentos sobre as atividades do Instituto Ethos

1. O trabalho de orientação às empresas é voluntário, sem nenhuma cobrança ou remuneração.
 2. Não fazemos consultoria, nem autorizamos ou credenciamos profissionais a oferecer qualquer tipo de serviço em nosso nome.
 3. Não somos entidade certificadora de responsabilidade social nem fornecemos "selo" com essa função.
 4. Não permitimos que nenhuma empresa (associada ou não) ou qualquer outra entidade utilize a logomarca do Instituto Ethos sem o nosso consentimento prévio e expressa autorização por escrito. Caso tenha dúvida ou queira nos consultar sobre as atividades de apoio do Instituto Ethos, contate-nos pela seção "Fale Conosco" do site do Instituto Ethos – www.ethos.org.br.

A Rede Ethos de Jornalistas

O Instituto Ethos, por meio da **Rede Ethos de Jornalistas**, mantém um programa de capacitação de profissionais de veículos de comunicação sobre responsabilidade social das empresas. Graças ao apoio da Fundação Ford, foi possível constituir em 2000 uma rede de 112 jornalistas de todo o país. Em 2003, depois de reformularmos a área criada para esse público em nosso site (www.ethos.org.br), permitimos o cadastramento de novos profissionais interessados em casos de empresas socialmente responsáveis e, atualmente, o projeto conta com mais de 700 integrantes. Além de participar de seminários de formação, esse grupo tem acesso a informações exclusivas sobre responsabilidade social das empresas, artigos, entrevistas e reportagens sobre o tema.

Com esta publicação, a quarta da série iniciada em 2002 (as três já lançadas são *Conceitos Básicos e Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial*, *O Balanço Social* e *a Comunicação da Empresa com a Sociedade e Sustentabilidade em Mercados Emergentes*), nosso objetivo é oferecer aos profissionais de mídia parâmetros para a cobertura do tema da responsabilidade social empresarial. Este material serve ainda de apoio a seminários realizados em todo o país, exclusivamente para jornalistas. Assim, esperamos contribuir para aprofundar a cobertura na área e alertar os jornalistas, bem como os veículos de comunicação, para a importância de as empresas reverem suas práticas de gestão.

O sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), propostos pela ONU em 2000, exige fundamentalmente o envolvimento do governo, das empresas, das organizações não-governamentais, da sociedade civil e, em especial, da mídia, no sentido de colaborar para a construção de um mundo mais humano e sustentável. A articulação do movimento de responsabilidade social empresarial em favor dos ODM é um fator que favorece a mobilização em torno de problemas e questões universais que só poderão ser resolvidos se contarem com a participação ativa de todos esses atores. Esta publicação traz não somente um panorama da atual situação dos ODM no Brasil como também indicadores, ações exemplares em políticas públicas e sugestões para a cobertura jornalística dessa temática.

A idéia de produzir publicações especiais para jornalistas nasceu em 2000, durante a realização dos seminários de lançamento da Rede Ethos de Jornalistas, em São Paulo, Brasília, Porto Alegre e Recife, que visavam apresentar aos participantes o conceito de responsabilidade social das empresas utilizado pelo Instituto Ethos.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM)

Uma plataforma para o desenvolvimento sustentável do planeta

A questão da sustentabilidade está na ordem do dia. A deterioração da qualidade de vida nas grandes cidades, com a incontida onda de violência associada à marginalização de amplos setores sociais, evidencia a necessidade de enfrentar as causas da desigualdade e pensar alternativas para um mundo melhor, mais justo e sustentável.

Fenômenos climáticos e meteorológicos recorrentes, como as temperaturas extremadas registradas ultimamente nas estações do ano, a seca na Amazônia e os furacões no Caribe e nos Estados Unidos ocorridos em 2005, têm sensibilizado a opinião pública para o debate sobre as consequências do desequilíbrio ambiental e a urgência de encontrar formas de evitá-lo.

A sustentabilidade dos negócios em longo prazo também é uma questão fundamental, e tem sido expressa pelo crescente número de empresas que vêm incorporando a responsabilidade social como um de seus pilares de gestão e como fio condutor das relações com o conjunto de suas cadeias produtivas e com as demais partes interessadas.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), proposta apresentada pela Cúpula do Milênio no ano 2000, reafirmam essa tendência, constituindo-se em uma plataforma de pontos mínimos para o desenvolvimento sustentável do planeta — um desenvolvimento com inclusão social, em que todos possam comer, mandar seus filhos à escola, onde não haja discriminação de gênero nem de cor, com direito à saúde e a um meio ambiente saudável e equilibrado.

UMA TAREFA COLETIVA

O segundo milênio começou sob o signo de uma novidade: pela primeira vez na História os países do mundo chegaram a um entendimento comum sobre os problemas mais graves vivenciados por grandes parcelas da humanidade e firmaram um pacto para enfrentá-los.

Esse foi o propósito da Cúpula do Milênio, encontro promovido pela ONU, em 2000, que reuniu 147 chefes de Estado. A Declaração do Milênio, aprovada no evento e ratificada em 2001 por 191 países, apresenta ao mundo os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e o compromisso de trabalhar por sua realização. Trata-se de uma plataforma de ação voltada para o desenvolvimento sustentável, com metas claras a serem alcançadas, prazos definidos e indicadores que permitem a qualquer cidadão do planeta avaliar os avanços conquistados em cada um dos objetivos e metas propostos.

Os ODM podem servir de elo entre as agendas dos governos, das empresas, dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil nos diferentes países. Para as lideranças mundiais, trata-se de tentar corrigir a distribuição profundamente desigual tanto dos benefícios quanto dos custos da globalização e construir as bases para um mundo mais justo, mais equilibrado e mais pacífico — e, portanto, mais sustentável.

O desequilíbrio ambiental, a extrema pobreza, as doenças endêmicas, a violação dos direitos humanos e as profundas desigualdades sociais e de gênero, além de intoleráveis, configuram-se como limites reais para o desenvolvimento a médio e longo prazo. São problemas que se articulam e se agravam mutuamente, cujas soluções estão igualmente interligadas.

Os ODM são uma forte referência tanto para a formulação de políticas públicas quanto para a decisão das empresas, entidades e ONGs sobre a destinação de seus recursos, sejam materiais, sejam humanos. Nesse sentido, têm o poder de catalisar ações, criar sinergias e aumentar a eficiência de iniciativas localizadas — dos governos, das várias agências das Nações Unidas, das organizações empresariais e da sociedade civil.

Para avançarmos no cumprimento dos ODM, cada uma das metas a serem atingidas deve ser traduzida em políticas públicas específicas, voltadas para a inclusão social, a redução das desigualdades em todos os campos, a promoção da saúde e da qualidade de vida das populações mais vulneráveis, a defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Campanha contra a Fome e os ODM

Quando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram formulados, em 2000, a sociedade civil brasileira já havia acumulado uma experiência exemplar de mobilização em favor das parcelas menos favorecidas da população: o movimento Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, que, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, teve seu auge em 1993-1994.

O combate à fome — o primeiro dos oito ODM — também foi tema da primeira campanha e programa lançados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de sua posse. O Instituto Ethos deu início à articulação das empresas para apoiar o programa e criou um site (hoje www.acaofomezero.org.br), que logo foi assumido pela Associação Apoio Fome Zero, entidade formada por representantes do empresariado.

A mobilização social e empresarial para combater a fome no Brasil foi retomada, mostrando que o apelo lançado por Betinho na década anterior havia deixado raízes. Para simbolizar a continuidade do movimento, a primeira Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade teve seu início no dia 9 de agosto de 2004, data do sétimo ano da morte de Betinho.

No entanto, não basta esperar a iniciativa dos governos. É indispensável que os ODM também sejam incorporados como pauta obrigatória pelos segmentos sociais que têm condições de gerar mudanças: as organizações da sociedade civil, que exercem forte poder de pressão e de fiscalização sobre as políticas públicas; as empresas, cujo poder econômico e político é fundamental para viabilizar as transformações; e pelos meios de comunicação, por sua capacidade de influenciar os diferentes públicos.

A POPULARIZAÇÃO DOS ODM

No Brasil, os ODM vêm sendo gradualmente incorporados pelas organizações sociais e pelas empresas, que têm alinhado sua política de responsabilidade social com as diferentes metas propostas. Essa popularização se deve fundamentalmente ao Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, articulado pelo Instituto Ethos, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em conjunto com uma rede de empresas, entidades representativas, organizações sociais e empresariais, com o objetivo de estimular a consciência social, promover a cidadania e a solidarie-

dade, mobilizando a sociedade civil, empresas e órgãos públicos para o cumprimento dos ODM.

A primeira grande tarefa do Movimento, constituído em 2004, foi promover a campanha "8 Jeitos de Mudar o Mundo" e organizar a Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade (veja quadro "*Campanha contra a Fome e os ODM*"). A adesão à campanha superou expectativas: ONGs, sindicatos, centros estudantis, associações comunitárias, veículos de comunicação e empresas garantiram uma divulgação capilar, com farto recurso às mídias alternativas. Os símbolos dos oito ODM circularam em milhões de sacolinhas plásticas de supermercados, milhares de livretos educativos, adesivos, cartões telefônicos, pôsteres e foram expostos em cartazes distribuídos em locais de grande circulação de público (veja quadro "*Os ícones do mundo*").

Durante as duas edições da Semana já realizadas, foram promovidos atos públicos, debates e ações de solidariedade nos mais diversos ambientes, em diferentes pontos do país. Os ODM ultrapassaram os espaços dos movimentos organizados e atraíram a atenção de artistas plásticos, compositores e intérpretes da música popular, tornando-se inclusive tema de desfiles de moda e de enredo de escola de samba.

Os ícones no mundo

Um dos fatores de sucesso da campanha “8 Jeitos de Mudar o Mundo” foram os ícones que simbolizam cada um dos ODM, elaborados pela agência de publicidade McCann Erickson. Com cores fortes e linhas simples, compreensão fácil e imediata, tornaram-se uma das contribuições brasileiras mais originais em favor dos ODM. Em junho de 2004, os oito ícones foram apresentados ao secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e oferecidos como subsídio à ONU. Nos meses seguintes, seriam adotados em materiais internacionais sobre os ODM e nas campanhas de diversos países, como Itália, Albânia, Guianas, Argentina, Bolívia, Portugal, Turquia.



Prêmio ODM

A segunda Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, realizada em agosto de 2005, ampliou o processo de popularização dos ODM. Seu ponto alto foi o lançamento do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, proposto pelo presidente Lula no ato de abertura do evento, com a finalidade de incentivar, valorizar e dar maior visibilidade às práticas que contribuem para os ODM.

Assumido pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, pelo Pnud e pelo governo federal, o Prêmio ODM Brasil divide-se em três categorias: Governos Municipais; Organizações, incluindo órgãos públicos, empresas, associações da sociedade civil, fundações e universidades; e Destaque, para o reconhecimento de pessoas, entidades e movimentos sociais.

A primeira edição do Prêmio ODM Brasil teve 920 práticas inscritas, das quais 27 foram premiadas. A entrega dos prêmios ocorreu em 15 de dezembro de 2005, em solenidade no Palácio do Planalto, em Brasília.

Prêmio Ethos de Jornalismo 2005

O objetivo do Prêmio Ethos de Jornalismo é reconhecer o trabalho desenvolvido por profissionais de mídia sobre os temas de responsabilidade social empresarial e estimular a inclusão desse debate na pauta dos meios de comunicação. Em sua quinta edição, o Prêmio escolheu como tema a sustentabilidade e as ações das empresas relacionadas com os oito ODM. Inscreveram-se 679 trabalhos — uma clara demonstração de que os ODM vêm, gradativamente, conquistando espaço na mídia e podem render boas reportagens.

Metas brasileiras — a “tropicalização” dos ODM

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio têm um caráter universal, pois refletem problemas mundiais, que afetam grandes parcelas da humanidade. No entanto, assumem feições e características específicas em diferentes países, razão pela qual precisam ser traduzidos em metas também específicas, para que se possa avançar no enfrentamento dos problemas reais de cada sociedade.

A necessidade de “tropicalização” dos ODM, com a definição de um conjunto de metas mais aderentes à realidade brasileira, foi uma formulação do I Encontro dos Conselhos de Políticas Públicas Participativas, realizado durante a primeira Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, em São Paulo. A questão foi retomada no Fórum Social Mundial, em seminário sobre os ODM. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) assumiu-a como tarefa e vem reunindo contribuições formuladas por diversas fontes, aprimorando as metas brasileiras e definindo os indicadores correspondentes.

O Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM — 2005, elaborado pelo Ipea e lançado pela Presidência da República, já traz um conjunto de metas definidas no Brasil, assim como os indicadores para acompanhá-las. Bem mais desafiadoras do que as internacionais, as metas brasileiras são destacadas na segunda parte desta publicação.

OS ODM, O PACTO GLOBAL E OS INDICADORES ETHOS

A última década do século 20 viu crescer o movimento de responsabilidade social empresarial em todo o mundo como balizador das relações de mercado. Isso pode ser percebido nas grandes corporações empresariais, que têm adotado esse modelo de gestão como um dos critérios para selecionar seus fornecedores e parceiros; e também entre grandes bancos e agências financiadoras, que vêm incluindo cláusulas sociais e ambientais em suas políticas e contratos de concessão de crédito. Refletindo essa tendência, as bolsas de valores de Nova York, Londres, África do Sul e, mais recentemente, a de São Paulo lançaram índices ancorados em ações de empresas reconhecidas por suas práticas de governança corporativa e responsabilidade social sustentáveis.

Um dos momentos de destaque desse processo foi o lançamento do Pacto Global, em 1999, uma iniciativa do secretário-geral da ONU, Kofi Annan. O Pacto é um chamado à comunidade empresarial para que adote a responsabilidade social como um de seus pilares de gestão. Constitui-se em um conjunto de princípios básicos — dez, atualmente — que servem de parâmetro e estímulo para a atuação das empresas em quatro campos básicos: respeito aos direitos humanos, relações de trabalho dignas, preservação do meio ambiente e combate à corrupção. Até abril de 2006, o Pacto Global contava com 3.194 adesões em todo o mundo — 2.714 empresas e 480 entidades empresariais e outras organizações —, das quais 155 no Brasil — 123 de empresas e 32 entidades empresariais e outras organizações.

O Instituto Ethos vem desenvolvendo instrumentos, como os *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial*, que facilitam às empresas a avaliação de suas práticas de gestão pela ótica da responsabilidade social e a inclusão desta em seu planejamento estratégico. Os *Indicadores Ethos*, portanto, também contribuem para que as empresas alinhem suas práticas aos princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cooperando, diretamente ou indiretamente, com sua realização.

Esses cruzamentos foram evidenciados na publicação *O Compromisso das Empresas com as Metas do Milênio*, lançada pelo Instituto Ethos na XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), realizada em São Paulo, em 2004. A publicação oferece um guia prático para as empresas avaliarem suas ações (veja quadro ao lado).

As publicações do Instituto Ethos diretamente relacionadas aos ODM são:

- *O Compromisso das Empresas com as Metas do Milênio* (junho de 2004);
- *O Compromisso das Empresas com a Valorização da Mulher* (setembro de 2004);
- *Fórum Empresarial de Apoio ao Município* (março de 2005);
- *O Compromisso das Empresas com o Combate ao Desperdício de Alimentos* (abril de 2005);
- *O Compromisso das Empresas com o Meio Ambiente* (maio de 2005);
- *O Compromisso das Empresas com a Erradicação do Analfabetismo Funcional* (setembro de 2005).

Todos os textos podem ser acessados gratuitamente pelo site www.ethos.org.br

Parte 2

SITUAÇÃO ATUAL

As páginas seguintes, divididas em oito capítulos, apresentam um panorama da situação dos ODM no país, com os dados mais significativos divulgados na edição de 2005 da publicação *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento*, coordenado pelo Ipea. Cada capítulo traz as metas da ONU e as metas brasileiras a serem atingidas até 2015, bem como um balanço das conquistas alcançadas e do caminho que ainda temos de percorrer. Mostra também as linhas de ações empreendidas pelas empresas nos diferentes campos, sugerindo temas para reportagens sobre as práticas empresariais que contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Paralelamente, cada capítulo fornece os indicadores utilizados para avaliar os resultados obtidos: os formulados pela ONU, os elaborados pelo Ipea para o acompanhamento das metas brasileiras e os *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial*, que fornecem instrumentos objetivos para a avaliação das práticas das empresas.

1º Objetivo



**ERRADICAR A
EXTREMA
POBREZA E A FOME**

Metas

- 1** Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia.
- 2** Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.

Metas brasileiras

- 1A** Reduzir a um quarto, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia.
- 2A** Erradicar a fome até 2015.

2º Objetivo



**UNIVERSALIZAR
A EDUCAÇÃO
PRIMÁRIA**

Meta

- 3** Garantir que, até 2015, as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino.

Meta brasileira

- 3A** Garantir que, até 2015, todas as crianças, de todas as regiões do país, independentemente de cor/raça e sexo, concluam o ensino fundamental.

3º Objetivo



**PROMOVER A
IGUALDADE ENTRE
OS SEXOS E A
AUTONOMIA DAS
MULHERES**

Meta

- 4** Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

4º Objetivo



**REDUZIR A
MORTALIDADE
NA INFÂNCIA**

Meta

- 5** Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

5º Objetivo



MELHORAR A SAÚDE MATERNA

Meta

- 6** Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.

Metas brasileiras

- 6A** Promover, na rede do Sistema Único de Saúde (SUS), cobertura universal por ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015.
- 6B** Até 2015, ter detido o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero, invertendo a tendência atual.

6º Objetivo



COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

Metas

- 7** Até 2015, ter detido a propagação do HIV/Aids e começado a inverter a tendência atual.
- 8** Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado a inverter a tendência atual.

Metas brasileiras

- 8A** Até 2015, ter reduzido a incidência da malária e da tuberculose.
- 8B** Até 2010, ter eliminado a hanseníase.

7º Objetivo



GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Metas

- 9** Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.
- 10** Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável e esgotamento sanitário.
- 11** Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na qualidade de vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários.

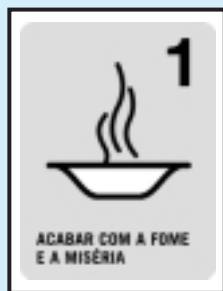
8º Objetivo



ESTABELECEER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Metas

- 12** Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não-discriminatório.
- 13** Atender às necessidades dos países menos desenvolvidos, incluindo um regime isento de direitos e não sujeito a cotas para as exportações de países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generosa aos países empenhados na luta contra a pobreza.
- 14** Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
- 15** Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais, de modo a tornar a sua dívida sustentável.
- 16** Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo.
- 17** Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em vias de desenvolvimento.
- 18** Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações.



1º OBJETIVO

ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

Metas

- 1** Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia.
- 2** Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.

Metas brasileiras

- 1A** Reduzir a um quarto, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia.
- 2A** Erradicar a fome até 2015.

A FOME NO BRASIL

O Brasil registrou um grande avanço no cumprimento do primeiro ODM e, avaliando apenas os números, pode-se dizer que o país está próximo de alcançar as metas propostas pela ONU até 2015: a parcela de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza já foi reduzida quase à metade (*quadro 1*) e os indicadores de desnutrição infantil também mostram queda acentuada (*quadro 2*).

No entanto, segundo dados compilados pelo Ipea, em 2003 havia 10 milhões de brasileiros vivendo com menos de 1 dólar PPC¹ por dia. Pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ancora seu conceito de linha de pobreza no salário mínimo, em 2002 os brasileiros pobres, ou seja, os que viviam com até 1/2 salário mínimo por mês, somavam 52,3 milhões. Os miseráveis, aqueles que viviam com até 1/4 de salário mínimo, eram 24 milhões. E cabe perguntar se o conceito de linha de pobreza estabelece um divisor real a partir do qual se pode considerar que uma pessoa deixou de sofrer de fome.

¹ A taxa PPC (Paridade do Poder de Compra) elimina diferenças de custo de vida, fazendo com que 1 dólar tenha o mesmo poder de compra em qualquer país.

Apesar dos avanços reconhecidos, a desigualdade de renda no país continua brutal, o que pode ser medido pela participação dos mais ricos e dos mais pobres na renda nacional (*quadros 3 e 4*). Embora tenha havido pequenas mudanças positivas na relação renda e cor/raça (*quadro 5*), o percentual dos não-brancos entre os pobres e miseráveis é muito maior do que sua participação no conjunto da população brasileira, de cerca de 50%.

A geração de emprego é, sem dúvida, o melhor caminho para reduzir a pobreza e erradicar a fome. No entanto, cerca de 10% da População Economicamente Ativa (PEA) estava desempregada em 2003. Entre os jovens de 16 a 24 anos, chegava a 19%, em média (*quadro 6*). Em fevereiro de 2006 o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o Instituto Pólis divulgaram pesquisa realizada em oito Regiões Metropolitanas, em 2005, segundo a qual 27% dos jovens entre 15 e 24 anos não trabalham nem estudam.

O desemprego levou também a um rebaixamento salarial daqueles que se mantiveram empregados. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) para a Grande São Paulo mostram que o rendimento real médio mensal dos trabalhadores caiu 30,8% em dez anos: de R\$ 1.515 em 1994/95 para R\$ 1.048 em 2004/2005.

Com o desemprego, tendem a crescer as relações de trabalho de caráter precário, incluindo casos extremos, que podem ser caracterizados como análogos à escravidão. Nos últimos dez anos, o Ministério do Trabalho realizou 352 intervenções, liberando mais de 17 mil trabalhadores nessas condições.

Fome, desnutrição e desequilíbrio alimentar

O Brasil tem realizado conquistas significativas no combate à desnutrição infantil, nas últimas décadas. Entre 1975 e 1996, o número de crianças com 5 anos ou menos abaixo do peso ideal caiu cerca de 70%.

Também vem caindo o percentual de crianças desnutridas nas faixas até 1 ano e entre 1 e 2 anos (*quadros 7 e 8*). No entanto, permanecem altos os índices de desnutrição entre segmentos específicos da população, como homens idosos (9%) ou mulheres jovens, entre 20 e 24 anos (12%).

A fome e a desnutrição no Brasil não são provocadas pela escassez de oferta de alimentos. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a disponibilidade de alimentos no Brasil é, em média, de 3.000 kcal por pessoa/dia, 23% a mais do que o total necessário, calculado em no máximo 2.400 kcal/dia. O problema é o acesso ao alimento, como mostra a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do

IBGE, realizada em 2002 e 2003. Quase metade das famílias brasileiras (46,6%) revelou ter dificuldade para comprar comida e 13,9% afirmaram que o alimento disponível não era suficiente. Por outro lado, o país registra o crescimento de distúrbios decorrentes de alimentação inadequada – rica em açúcar, gordura e sal –, expressos em sobrepeso e obesidade. Dos brasileiros com 20 anos ou mais, 40,6% tinham excesso de peso e, destes, 10,9% eram obesos.

Quadro 1
População que vive com menos de 1 dólar PPC por dia (%)

1990	2003
9,9	5,7

Fonte: Banco Mundial-PPC/IBGE-Pnad/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 2
Crianças com 5 anos ou menos abaixo do peso (%)

1975	1996
18,4	5,7

Fonte: Endef/Ministério da Saúde/IBGE – 1975; PNDS/Ministério da Saúde – 1996 /Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 3
Evolução da participação dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres na renda nacional (%)

1992		2003	
20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres
55,7	3	55,9	4

Fonte: IBGE-Pnad/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 4
Evolução da participação dos 5% mais ricos e dos 50% mais pobres na renda nacional (%)

2002		2005	
5% mais ricos	50% mais pobres	5% mais ricos	50% mais pobres
33,8	14,4	32,5	15,2

Fonte: IBGE-Pnad 2005

Quadro 5

Pretos e pardos e brancos entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico – 2003 (%)

	10% mais pobres	1% mais rico
Pretos e pardos	67,8	13,2
Brancos	32,2	86,8

Fonte: IBGE-Pnad/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 6

Taxa de desemprego da população de 16 a 24 anos de idade, por sexo – 2003 (%)

Total	Homem	Mulher
19	15	24,4

Fonte: IBGE/Pnad/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 7

Crianças até 1 ano desnutridas (%)

	1999	2004
Brasil	10,1	3,6
Norte	7,6	3,8
Nordeste	11,5	4,9
Centro-Oeste	5,0	2,0
Sudeste	6,8	2,1
Sul	6,3	1,7

Fonte: Siab/MS/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 8

Crianças entre 1 e 2 anos desnutridas (%)

	1999	2004
Brasil	19,8	7,7
Norte	12,4	7,1
Nordeste	23,5	11,0
Centro-Oeste	8,5	4,1
Sudeste	10,7	4,1
Sul	10,7	2,8

Fonte: Siab/MS/Relatório Nacional de Acompanhamento

AÇÕES POSITIVAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Algumas políticas públicas, além de programas e campanhas com participação de organizações da sociedade civil e da iniciativa privada, tiveram papel relevante na redução da fome e da desnutrição infantil. Um bom exemplo é o Programa Fome Zero, que estimulou e canalizou ações de toda a sociedade civil, organizada ou não, órgãos públicos e empresas de todos os portes e estados do país. Junto com a doação de alimentos, desenvolveu-se forte consciência em relação ao combate ao desperdício, à importância de capacitar as pessoas para o melhor aproveitamento dos alimentos e ao apoio a projetos de agricultura familiar, hortas comunitárias e em escolas.

Foi criada uma verdadeira rede de arrecadação de atuação permanente, como os Bancos de Alimentos liderados pelo Serviço Social do Comércio (Sesc). Em todo o país, foi disseminada a prática de arrecadar alimentos como ingresso para eventos culturais e esportivos.

Na área do combate à desnutrição infantil, uma das iniciativas de maior alcance é a Campanha pelo Aleitamento Materno, estimulada pelo Ministério da Saúde, que gerou, além de uma legislação protetora, uma nova consciência no país sobre o conceito de alimentação infantil. A campanha, realizada na prática cotidiana por ampla rede de órgãos públicos de todas as esferas de governo, postos de saúde, creches, hospitais públicos e privados, entidades e ONGs, conta com profissionais e voluntários que vêm se dedicando a medir e pesar crianças até 5 anos de idade e a orientar as mães sobre o aleitamento e a alimentação infantil.

AS EMPRESAS CONTRA A FOME

As empresas brasileiras responderam ao chamado para se integrar à campanha contra a fome nos anos de 1990 e ao Programa Fome Zero, em 2003-2004. Doação de dinheiro e de alimentos, mobilização de funcionários, rede de arrecadação e distribuição para formar bancos de alimentos, estímulo às atividades locais de promoção da agricultura familiar, hortas comunitárias ou em escolas — são múltiplas as ações de responsabilidade social das empresas alinhadas com o primeiro ODM.

O engajamento em campanhas e políticas públicas revela um dos aspectos dessa participação, mas é na própria gestão dos negócios e no relacionamento com clientes, fornecedores e comunidades que se pode perceber ações exemplares. As iniciativas envolvem geração de emprego e renda, estímulo à sustentabilidade nas cadeias produtivas, à produção de alimentos, capacitação de jovens para o trabalho, entre outras (veja quadro “Ações empresariais”).

Ações empresariais

- Apoio à geração de emprego e renda na comunidade;
- Apoio à merenda escolar;
- Ações de combate à fome em áreas rurais;
- Ações de combate à fome em Regiões Metropolitanas;
- Contratação de aprendizes;
- Inclusão digital;
- Fortalecimento da agricultura familiar e comunitária;
- Programas de educação alimentar entre funcionários e na comunidade;
- Programas de voluntariado;
- Programas de estímulo à diversidade e inclusão de negros, pessoas com deficiência e outros grupos;
- Recolocação, treinamento e apoio a micro e pequenas empresas;
- Capacitação profissional de jovens e adultos.

INDICADORES

Linha de pobreza

O critério utilizado pela ONU para definir a linha de pobreza é a sobrevivência com menos de 1 dólar PPC por dia. No *Relatório Nacional de Acompanhamento*, o Ipea trabalha com o conceito de pobreza extrema, definido como de pessoas que sobrevivem com até 1/4 de salário mínimo mensal de renda familiar *per capita*. Os indicadores:

- População que ganha menos de 1 dólar PPC por dia e sua proporção no conjunto da população;
- População que vive com até 1/4 de salário mínimo *per capita* por mês;
- Participação dos 20% mais pobres na renda nacional;
- Desemprego de jovens na faixa de 16 a 24 anos.

Avaliação da desigualdade

No Brasil, a conquista dos ODM está relacionada com a redução das desigualdades em todos os campos e a assistência às parcelas mais fragilizadas da população. Para avaliar a situação real e sua evolução, usam-se os seguintes indicadores:

- Participação dos 20% mais ricos na renda nacional;
- Participação dos 10% mais pobres e o 1% mais rico, por cor/raça, na renda nacional;
- Número de operações de fiscalização de trabalho escravo, número de estabelecimentos fiscalizados e número de trabalhadores libertados;
- Número atual e potencial de beneficiários do sistema de assistência social Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV).

Segurança alimentar e erradicação da fome

Pesar e medir as crianças é a melhor forma de avaliar sua situação de nutrição durante o crescimento. No Brasil, a avaliação de segurança alimentar inclui ainda indicadores de disponibilidade de alimentos e proporção de adultos abaixo ou acima do peso:

- Prevalência de crianças com menos de 2 anos abaixo do peso;
- Disponibilidade de kcal para consumo da população;
- Prevalência de adultos (20 anos ou mais de idade) abaixo do peso;
- Prevalência de adultos com sobrepeso ou obesidade.

INDICADORES ETHOS

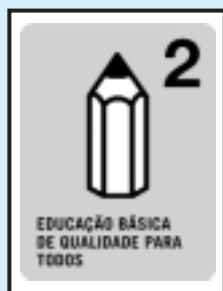
- Apoio ao desenvolvimento de fornecedores;
- Comportamento frente a demissões;
- Envolvimento da empresa com a ação social;
- Financiamento da ação social;
- Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno;
- Liderança e influência social;
- Participação em projetos sociais governamentais;
- Relações com organizações locais;
- Valorização da diversidade.

Vale a pena investigar

- *A relação de grandes produtores de alimentos com sua rede de fornecedores, que inclui pequenos produtores familiares. Os estímulos para a produção sustentável e de qualidade, a capacitação, o combate ao trabalho infantil etc.*
- *Escolas e projetos para a capacitação de jovens de baixa renda mantidos por empresas: escolas nas fábricas, centros de formação, projetos e escolas nas comunidades.*
- *Estímulo de empresas à organização e inclusão de segmentos marginalizados na cadeia de negócios, seja como fornecedores de produtos para o varejo, seja como fornecedores de matérias-primas para a produção.*
- *Apoio de empresas a atividades geradoras de trabalho e renda que envolvam comunidades: apicultura, microagronegócios, piscicultura, hortas comunitárias, oficinas de artesanato.*

Fique atento

- *Se a empresa mantém algum tipo de programa de apoio ao desenvolvimento de fornecedores, bem como a atividades de capacitação da juventude nas comunidades onde está instalada ou entre os públicos com os quais se relaciona.*
- *Se a empresa estimula seus colaboradores a participar de programas de combate à fome, de arrecadação de alimentos, de conscientização contra o desperdício e de educação para a segurança alimentar.*



2º OBJETIVO

UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

Meta **3** Garantir que, até 2015, as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino.

Meta brasileira **3A** Garantir que, até 2015, todas as crianças, de todas as regiões do país, independentemente de cor/raça e sexo, concluam o ensino fundamental.

ENSINO BÁSICO: QUALIDADE EM QUESTÃO

Nas últimas décadas, o Brasil realizou grandes conquistas em relação ao acesso à escola, especialmente na faixa etária de escolarização obrigatória, entre os 7 e 14 anos. O país está próximo de atingir a universalização do ensino fundamental. Portanto, nesta faixa, a grande batalha da educação brasileira não está na oferta de ensino, mas sim na melhora de sua qualidade. As deficiências se traduzem em alto índice de repetência, na conseqüente defasagem idade-série, no abandono da escola antes de completar um ciclo de estudos e na baixa escolarização da população até 25 anos de idade.

Em 2003, 97,2% da população entre 7 e 14 anos freqüentava a escola e a maioria, 93,8%, estava matriculada no ensino fundamental, da 1ª à 8ª série. Esse percentual não apresenta grandes variações regionais, de nível de renda, sexo e cor/raça, mostrando que as famílias brasileiras mandam seus filhos à escola (*quadros 1 a 5*).

A qualidade do ensino que encontram, no entanto, é precária, especialmente nas escolas públicas, que registram percentuais altos de alunos com problemas críticos de aprendizagem, como mostram os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (*quadro 6*).

No Brasil, 82,7% dos alunos que ingressam na 1ª série do ensino fundamental atingem a 5ª série e apenas 57% concluem o ciclo (*quadros 7 e 8*). O tempo médio para completar as oito séries é de 9,9 anos de estudos. E aí as variações regionais são muito significativas: no Nordeste, apenas 70,2% chegam à 5ª série e somente 40,6% concluem o ensino fundamental, em um tempo médio estimado de 11 anos.

A defasagem idade-série também se acentua com o tempo de permanência do aluno na escola. Embora 82% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentem a escola, apenas 43% estão no ensino médio, como seria adequado à idade. No Nordeste, somam apenas 25%. Nessa faixa etária, percebe-se nítida diferenciação na frequência escolar em função de região, sexo, cor/raça e renda familiar (*quadros 1 a 5*).

Embora a frequência no ensino médio tenha mais do que duplicado nos últimos dez anos, ainda é grande o número dos que abandonam os estudos, provavelmente em função do trabalho — o que é mais acentuado para os rapazes (*quadro 2*), os pretos e pardos (*quadro 3*), moradores das áreas rurais (*quadro 4*) e de baixa renda (*quadro 5*).

Apesar de o país ter feito grandes progressos em relação à alfabetização de sua população, 11% ainda é analfabeta, o equivalente a mais de 20 milhões de pessoas. E cerca de 10% da população jovem, de 15 a 24 anos, é considerada analfabeta funcional, segundo o conceito da Unesco adotado no Brasil, pois tem menos de quatro anos de estudos.

Quadro 1
Evolução da taxa de frequência escolar
entre 7 a 17 anos — Brasil e Grandes Regiões (%)

	1992		2003	
	7 a 14 anos	15 a 17 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil*	81,4	18,2	93,8	43,1
Norte**	82,5	11,7	92,6	31,7
Nordeste	69,7	9,5	91,6	25,5
Sudeste	88	24,3	95,2	55,5
Sul	86,9	23,1	95,6	52,7
Centro-Oeste	85,9	17,5	93,8	44,2

Fonte: IBGE-Pnad/Relatório Nacional de Acompanhamento

* Exclusiva a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

** Exclusiva a população rural.

Quadro 2

Evolução da taxa de frequência escolar por sexo – Brasil* (%)

	1992		2003	
	7 a 14 anos	15 a 17 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Homem	79,9	15,1	93,4	38,1
Mulher	82,7	21,3	94,2	48,2

Fonte: IBGE/Pnad/Relatório Nacional de Acompanhamento

* Exclui a população rural dos estados de RQ, AC, AM, RR, PA e AP.

Quadro 3

Evolução da taxa de frequência escolar por cor/raça – Brasil* (%)

	1992		2003	
	7 a 14 anos	15 a 17 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Branca	87,5	27,1	95	54,9
Preta e parda	75,3	9,2	92,7	31,9

Fonte: IBGE-Pnad/Relatório Nacional de Acompanhamento

* Exclui a população rural dos estados de RQ, AC, AM, RR, PA e AP.

Quadro 4

Evolução da taxa de frequência escolar por situação de domicílio – Brasil* (%)

	1992		2003	
	7 a 14 anos	15 a 17 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Urbano	86,2	22,3	94,3	47,5
Rural	66,5	5,3	91,7	21,7

Fonte: IBGE-Pnad/Relatório Nacional de Acompanhamento

* Exclui a população rural dos estados de RQ, AC, AM, RR, PA e AP.

Quadro 5

Taxa de frequência escolar por faixa etária e faixas de renda per capita – Brasil*, 2003 (%)

	1º quinto de renda	2º quinto de renda	3º quinto de renda	4º quinto de renda	5º quinto de renda
7 a 14 anos	91,1	92,8	94,4	95,0	95,8
15 a 17 anos	18,9	28,2	39,9	54,5	74,3

Fonte: IBGE-Pnad/ Relatório Nacional de Acompanhamento

* Exclui a população rural dos estados de RQ, AC, AM, RR, PA e AP.

Quadro 6

Alunos com desempenho crítico em Língua Portuguesa e Matemática na 4ª e na 8ª série do ensino fundamental – Brasil, 2003 (%)

	4ª Série		8ª Série	
	<i>Escola pública</i>	<i>Escola particular</i>	<i>Escola pública</i>	<i>Escola particular</i>
Língua Portuguesa	59,8	19,5	29,5	6,8
Matemática	56,1	14,9	62,8	16

Fonte: MEC-Inep/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 7

Alunos que atingem a 5ª série do ensino fundamental – Brasil e Grandes Regiões, 2003 (%)

Brasil	82,7
Norte	74,9
Nordeste	70,2
Sudeste	91,4
Sul	91,7
Centro-Oeste	81,1

Fonte: MEC-Inep/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 8

Taxa de conclusão do ensino fundamental (esperada) e tempo médio empreendido – Brasil e Grandes Regiões, 2003

	Taxa média esperada de conclusão (%)	Tempo médio esperado para conclusão (em anos)
Brasil	57,1	9,9
Norte	42,3	10,7
Nordeste	40,6	11,0
Sudeste	72,9	9,0
Sul	70,4	9,4
Centro-Oeste	47,6	10,1

Fonte: MEC-Inep/Relatório Nacional de Acompanhamento

AÇÕES POSITIVAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Entre as políticas públicas empreendidas na última década de estímulo à ampliação do acesso e à melhora da qualidade do ensino está a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e sua expansão para o conjunto da educação básica (proposta em tramitação no Congresso Nacional em maio de 2006). O fundo vincula a verba destinada a cada estado e município ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, o que estimula os gestores a ampliar a oferta de vagas nas escolas. Além disso, 60% dos recursos do Fundeb serão destinados à remuneração dos professores.

O Ministério da Educação está ampliando o Programa Nacional do Livro Didático para o ensino médio e investindo na melhora da qualidade dos livros publicados. Os programas de educação de jovens e adultos também têm recebido atenção especial.

Programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família e o de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que vinculam a manutenção do recurso à frequência escolar das crianças, têm garantido a continuidade dos estudos de milhares de pequenos estudantes.

AS EMPRESAS E A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO

O apoio, desenvolvimento e financiamento de projetos educacionais, sobretudo para a educação infantil e o ensino fundamental, é uma das áreas que mais recebem atenção da iniciativa privada em todo o país. Os parceiros são variados: as redes públicas e privadas de ensino, entidades assistenciais, associações comunitárias, ONGs etc.

Empresas socialmente responsáveis tendem a criar condições para eliminar o analfabetismo e estimular a conclusão de pelo menos o primeiro ciclo de estudos entre seus colaboradores diretos e terceirizados, bem como em sua cadeia produtiva e nas comunidades onde estão inseridas. Desenvolvem programas de voluntariado centrados em educação, adotam escolas e centros educacionais comunitários, financiam projetos de capacitação de professores nas mais variadas disciplinas, patrocinam programas especiais de ensino, de materiais didáticos, de complementação de estudos, de alfabetização de jovens adultos, de educação para crianças e jovens com deficiência.

Também é muito significativa a ação de empresas socialmente responsáveis no combate ao trabalho infantil em suas cadeias de negócios, bem como as contribuições empresariais para os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas três esferas de governo (veja quadro "Ações empresariais").

Ações empresariais

- Apoio e investimento em escolas, centros de estudos e ONGs que desenvolvem projetos educacionais;
- Adoção de escolas públicas;
- Parcerias com o poder público em projetos de capacitação de professores e de desenvolvimento de materiais didáticos;
- Apoio e investimento em escolas para pessoas com deficiência;
- Contribuição para os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Combate ao trabalho infantil.

INDICADORES

Acesso, permanência e conclusão

Para avaliar o grau de inclusão presente no sistema do ensino, usa-se como referência o número de crianças em idade escolar que efetivamente ingressam na escola e, entre estas, as que concluem o primeiro ciclo de estudos. Indicadores:

- Taxa líquida de matrícula e frequência no ensino primário/fundamental;
- Proporção de alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º ano.

Qualidade, adequação e aproveitamento

O ritmo de progressão dos alunos, a adequação idade-série e o desempenho escolar indicam a qualidade do ensino e seu caráter inclusivo ou exclusivo. Indicadores:

- Taxa de frequência escolar líquida por faixa etária, nível de ensino, sexo, cor/raça e renda familiar;
- Adequação idade-série;
- Tempo de escolaridade da população em idade escolar;
- Desempenho escolar por rede de ensino.

INDICADORES ETHOS

Permitem avaliar as ações e o grau de compromisso das empresas com a realização do segundo ODM:

- Compromisso com o futuro das crianças;
- Envolvimento da empresa com a ação social;
- Financiamento da ação social;
- Participação em projetos sociais governamentais;
- Relações com organizações locais;
- Trabalho infantil na cadeia produtiva.

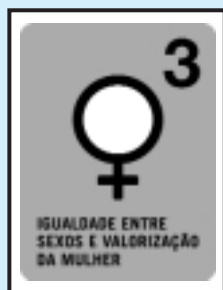
Vale a pena investigar

- *As estratégias e ações exemplares promovidas por empresas de agronegócios ou de varejo para evitar o trabalho infantil em sua cadeia de negócios, principalmente as que têm pequenos produtores familiares entre seus fornecedores de matérias-primas ou de produtos – supermercados, indústrias de alimentos, madeira e celulose, cigarros etc.*
- *Empresas que adotam escolas, projetos de alfabetização e educação de jovens e adultos, até de municípios inteiros, canalizando recursos e envolvendo seus colaboradores em programas de voluntariado.*
- *Empresas que mantêm projetos de geração de trabalho e renda para associados com o estímulo à educação das crianças.*
- *Organizações empresariais que patrocinam projetos de capacitação de professores em diferentes disciplinas – Ciências, Educação Ambiental, Matemática – e/ou materiais didáticos para a melhora da qualidade do ensino.*
- *O que é feito com a parcela do IR doada pelas empresas aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e qual o grau de acompanhamento e fiscalização do dinheiro doado.*

Fique atento

- *Aos índices de analfabetismo e de reduzida escolaridade entre os colaboradores diretos e indiretos de uma empresa e entre os demais públicos com os quais se relaciona – cadeia produtiva e comunidades.*
- *Ao tipo de ação da empresa quanto à erradicação do trabalho infantil: se procura coibi-lo e se, ao fazer isso, simplesmente exclui os fornecedores que incorrem no trabalho infantil.*
- *Se a empresa procura ajudar seus fornecedores, especialmente pequenos produtores familiares, para que possam dispensar o trabalho das crianças e jovens da família.*
- *Ao real compromisso da empresa com os programas de apoio à educação e aos ODM, avaliando seu envolvimento com as iniciativas, com as organizações locais e sua participação nas políticas públicas.*

3º OBJETIVO



PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Meta 4 Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

IGUALDADE ENTRE OS SEXOS: ALÉM DAS APARÊNCIAS

Se considerássemos apenas os indicadores educacionais, o Brasil estaria muito próximo de atingir parte da meta proposta no terceiro ODM — a igualdade entre os sexos no ensino fundamental. Já nos demais níveis de ensino, os homens estariam em nítida desvantagem em relação às mulheres — a partir do ensino médio, aumenta substancialmente a presença feminina nos bancos escolares (*quadro 1*). As maiores desigualdades, porém, são marcadas pela cor da pele: meninas brancas têm a menor defasagem escolar, seguidas pelos meninos brancos. A pior situação é dos meninos negros (*quadro 2*).

O maior nível de escolaridade e o melhor desempenho escolar das mulheres revelam um aspecto das relações de gênero no país: os homens entram no mercado de trabalho mais cedo e, por isso, abandonam a escola ou têm pior rendimento escolar, acumulando uma defasagem idade-série maior. As mulheres, mesmo nas camadas de baixa renda, demoram mais para entrar no mercado de trabalho ou exercem atividades não-remuneradas e conciliáveis com os estudos, como cuidar da casa, dos irmãos e de outras crianças.

Esse papel atribuído às mulheres em relação à manutenção da família marcará tanto suas opções acadêmicas quanto seu espaço no mercado de tra-

balho e na vida pública e doméstica. Elas têm maior dificuldade de entrar no mercado de trabalho, exercem profissões menos valorizadas, enfrentam mais obstáculos para fazer carreira e ganham menos que os homens, mesmo quando têm o mesmo tempo de estudo. E os avanços registrados no país nesse terreno, na última década, são muito tímidos.

Para as mulheres que chegam à universidade, essa diferenciação já é nítida na escolha dos cursos. Elas são maioria nas áreas tradicionalmente associadas às atividades ditas "femininas" — educação (76% das matrículas), saúde e bem-estar social (70%), ciências sociais (68%). E são minoria nos cursos considerados difíceis, de perfil "masculino", como engenharia (27% das matrículas) ou ciências e matemática (36%).

A autonomia das mulheres — parte do terceiro ODM — passa por sua participação no mercado de trabalho, que vem crescendo de forma acentuada. Cerca de metade das mulheres (50,7%) já integra a População Economicamente Ativa (PEA). Entre os homens, esse percentual é de 72,9%. No entanto, elas ainda se concentram em empregos mais precários, menos valorizados e menos fiscalizados pelos órgãos públicos.

No meio rural, quase 37% das mulheres que trabalham não têm remuneração definida, posição que se manteve praticamente estável na última década (*quadro 3*). Elas fazem parte da força de trabalho familiar, cujos rendimentos tendem a ser controlados pelos homens da casa.

No meio urbano, o serviço doméstico é uma das principais opções de trabalho para as mulheres de baixa renda. Nessa atividade, apenas 26,3% têm carteira assinada. A diferença percentual entre mulheres brancas e negras, porém, é significativa: 30,1% e 23,5%, respectivamente (*quadro 4*).

A maior escolarização das mulheres não se traduz em melhores salários. Entre homens e mulheres com 12 anos ou mais de estudo, elas recebem cerca de 60% do salário deles. A cor/raça também pesa no bolso das trabalhadoras: a mulher negra com 12 anos de estudo ganha 67,6% do rendimento das brancas e apenas 41% do rendimento do homem branco com a mesma escolaridade (*quadro 5*).

As condições de carreira feminina também são mais difíceis. A segunda edição da pesquisa *Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas no Brasil e Suas Ações Afirmativas*, lançada pelo Instituto Ethos em abril de 2006, mostra que a pirâmide ocupacional nas grandes organizações é extremamente excludente para as mulheres: elas ocupam, em média, apenas 10,6% dos cargos de chefia, embora representem 32,6% do conjunto dos funcionários (*quadro 6*).

Relação semelhante se verifica nos cargos eletivos do Poder Executivo ou do Legislativo. Embora o número de mulheres candidatas a cargos eletivos tenha dobrado em uma década — passou de 3,7% em 1992 para 7,5% em 2003 —, a política permanece um terreno masculino. As mulheres são apenas 8,8% da Câmara dos Deputados; 12,6% das Assembléias Legislativas Estaduais; 7,5% dos prefeitos; 12,6% dos vereadores.

Também nos cargos de confiança do serviço público a participação feminina vem crescendo, mas concentra-se nos escalões de menor poder de decisão — e de remuneração mais baixa.

Uma das dimensões da autonomia das mulheres é o respeito a sua individualidade e integridade física — situação difícil de avaliar no Brasil pela falta de estrutura de apoio e, também, porque a violência contra a mulher é subnotificada. Segundo os analistas, a maioria dos casos ocorre nas relações familiares e ainda é tratado como assunto privado, mesmo pelas vítimas.

A estrutura de apoio é bem reduzida: os Núcleos ou Delegacias da Mulher existentes — 404 em 2001 — não cobrem 10% dos municípios brasileiros e mais da metade deles (212) concentra-se na Região Sudeste. Segundo pesquisa respondida por 289 delegacias em 2003, houve 425.935 ocorrências, com a média de 1.474 por delegacia ao ano.

Quadro 1

Razão entre as taxas de frequência escolar de mulheres e de homens — Brasil

	1992			2003		
	Total	Brancos	Pretos e pardos	Total	Brancos	Pretos e pardos
Ensino fundamental (7 a 14 anos)	100,8	101,2*	100,7	97,0	98,8**	95,5
Ensino médio (15 a 17 anos)	140,7	142,5	137,1	122,7	126,1	118,1
Ensino superior (18 a 24 anos)	119,9	115,4	156,3	129,3	128,6	131,4

Exclusive a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

* Para cada 100 meninos brancos, havia 101,2 meninas brancas.

** Para cada 100 meninos brancos, havia 98,8 meninas brancas.

Fonte: IBGE-Pnads 1992-2003/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 2

Taxa de defasagem escolar, homens e mulheres
no ensino médio, 15 a 17 anos – Brasil, 2003 (%)

	Branços	Pretos e pardos
Meninos	67,2	84,9
Meninas	54,6	78,4

Fonte: IBGE-Pnad/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 3

Proporção de mulheres ocupadas no setor agrícola
sem rendimento – Brasil e Grandes Regiões (%)

	1992	2003
Brasil	39,2	36,8
Norte	19,6	16,0
Nordeste	39,7	39,0
Sudeste	25,5	21,5
Sul	57,1	48,4
Centro-Oeste	21,4	26,9

Fonte: IBGE-Pnads 1992-2003/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 4

Trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho
assinada por cor/raça – Brasil (%)

	1992	2003
Mulheres brancas	19,8	30,1
Mulheres pretas ou pardas	14,3	23,5
Total	16,6	26,3

Fonte: IBGE-Pnads 1992-2003/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 5

Relação entre o rendimento-hora, por sexo e cor/raça,
de acordo com anos de estudo – Brasil, 2003 (%)

	Classes de anos de estudo				
	Total	Até 4 anos	De 5 a 8 anos	De 9 a 11 anos	12 anos ou mais
Diferencial de rendimento dos grupos					
Mulher/Homem	83,3	79,2	70,6	68,0	60,5
Preto ou pardo/Branco	50,0	67,9	71,4	71,4	63,8
Mulher branca/ Homem branco	77,8	71,0	70,0	66,7	60,7
Mulher preta ou parda/ Homem preto ou pardo	90,0	89,5	74,1	74,4	64,5
Homem preto ou pardo/ Homem branco	47,6	61,3	67,5	68,4	63,6
Mulher preta ou parda/ Mulher branca	55,1	77,3	71,4	76,3	67,6
Mulher preta ou parda/ Homem branco	42,8	54,8	50,0	50,8	41,0

Fonte: IBGE-Pnad 2003/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 6

Distribuição das ocupações femininas
nas 500 maiores empresas do país – 2005 (%)

Diretoras	10,6
Gerentes	31
Supervisoras	27
Funcionárias	32,6

Fonte: Instituto Ethos 2005

AÇÕES POSITIVAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O avanço em um terreno que envolve comportamentos profundamente arraigados tende a ser lento, requer amparo legal e o estímulo de políticas públicas e da iniciativa privada. E o primeiro passo é reconhecer que há desigualdade e discriminação.

As demandas de gênero começaram a ser incorporadas às políticas públicas faz pouco tempo. A discriminação no mundo do trabalho – a diferença de salários e de critérios de admissão em função de sexo, cor/raça, idade ou estado civil – é explicitamente proibida pela Constituição brasileira. A legislação também proíbe a exigência de teste de gravidez e garante direitos como a licença-maternidade, creches no local de trabalho etc.

Na última década começaram a surgir programas públicos de qualificação profissional para mulheres em situação de maior vulnerabilidade, como as chefes de família, as de baixa escolaridade, as jovens e as trabalhadoras rurais. E em 2004 foi sancionada a lei que tipifica a violência doméstica, punindo-a com detenção de até 16 meses.

O Bolsa-Família, principal programa de transferência de renda do governo federal, elegeu a mãe de família como titular do direito – como já ocorria no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e nos programas habitacionais –, um reconhecimento que tende a fortalecer sua posição em casa. Merece destaque, também, o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, lançado em 2004, que facilita a obtenção dos documentos civis básicos, necessários para que elas possam requerer titularidade de terras, benefícios da Previdência Social e acesso aos programas de transferência de renda, como o próprio Bolsa-Família.

O recente debate e a implantação das políticas de cotas para o acesso de não-brancos aos vestibulares e concursos públicos devem dar maior visibilidade aos efeitos da discriminação sobre os negros no Brasil, com reflexos sobre as questões de gênero.

AS MULHERES NAS EMPRESAS

Políticas de responsabilidade social empresarial com nítido corte de promoção da diversidade e da equidade entre homens e mulheres ainda são recentes no Brasil, especialmente as voltadas para o público interno. As pesquisas da revista *Exame* sobre os melhores lugares para as mulheres trabalharem, respondidas pelas próprias funcionárias, têm indicado empresas que, em sua maioria, contam apenas com critérios justos de acesso e promoção.

No entanto, se considerado o pequeno número de mulheres nos cargos de direção e de chefia, percebe-se que os critérios considerados justos não são suficientes para superar as desvantagens de gênero, marcadas pela dupla jornada de trabalho e menor disponibilidade de tempo para cursos e programas de aperfeiçoamento profissional.

Já nas ações voltadas para o público externo, é amplo o leque de iniciativas dirigidas às mulheres, como programas de capacitação de jovens e adultas, geração de trabalho e renda, educação sexual, combate à violência, entre outros. Muitas empresas mantêm, também, programas que contribuem para a qualidade de vida da mulher trabalhadora. Creches e cen-

tros de complementação de estudos para crianças no ensino fundamental são bons exemplos, pois concorrem para a tranquilidade das mães que trabalham fora de casa (veja quadro “Ações empresariais”).

Ações empresariais

- *Incorporação da questão de gênero à gestão da empresa;*
- *Programas de valorização da diversidade;*
- *Apoio a programas de capacitação específicos para mulheres e empreendimentos dirigidos por mulheres.*

INDICADORES

Acesso e desempenho escolar

As condições de acesso das mulheres à escola, o ritmo de progressão nos estudos e o nível de escolarização atingido em relação aos homens, por regiões e cor/raça, mostram aspectos da situação da mulher na sociedade. Indicadores:

- Taxa de alfabetização entre mulheres e homens;
- Evolução da frequência escolar de mulheres e homens no ensino fundamental, médio e superior, por cor/raça e grandes regiões;
- Taxa de defasagem escolar entre alunas e alunos.

Participação na População Economicamente Ativa (PEA), emprego, carreira e vida pública

A posição da mulher no mercado de trabalho e na vida pública permite um retrato mais preciso do grau de igualdade entre os sexos. Indicadores:

- Participação das mulheres na PEA geral e por cor/raça;
- Tipo de ocupação da população, incluindo emprego doméstico, por sexo e cor/raça;

- Rendimento por sexo, cor/raça e tempo de estudo;
- Mulheres em cargos públicos de acesso mediante concurso;
- Mulheres em cargos de direção nas empresas;
- Contribuição para a previdência por sexo e cor/raça;
- Proporção de mulheres em cargos de representação parlamentar e em Executivos estaduais e municipais.

Violência e proteção social

A violência sofrida por mulheres e a falta de recursos para sua proteção indicam, respectivamente, a dominação e a desigualdade a que estão expostas e a aceitação desse quadro pela sociedade.

- Número de delegacias e núcleos de proteção às mulheres existentes e as ocorrências registradas.

INDICADORES ETHOS

Permitem avaliar o compromisso das empresas com a realização do terceiro ODM e suas ações internas e externas nesse sentido.

- Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade;
- Cuidados com saúde, segurança e condições de trabalho;
- Liderança e influência social;
- Política de remuneração, benefícios e carreira;
- Valorização da diversidade.

Vale a pena investigar

- *Casos exemplares de empresas que promovem adequação na linha de produção para facilitar a presença feminina em seus quadros.*
- *Empresas que valorizam a diversidade e mantêm políticas específicas para a promoção de mulheres, garantia de seu crescimento profissional e sua presença nos cargos de direção, proporcional ao número total de funcionárias.*
- *A mudança na qualidade de vida e nas perspectivas de futuro de mulheres de baixa renda que participaram de programas direcionados mantidos por empresas: apoio à educação formal; capacitação para o trabalho; estímulo para a criação de núcleos ou cooperativas de produção para geração de renda; lavanderias coletivas; entre outros.*
- *Programas de educação sexual e de prevenção de gravidez entre adolescentes.*

Fique atento

- *À proporção das mulheres na composição dos órgãos de direção e nas chefias intermediárias das empresas em relação ao conjunto de funcionárias e aos argumentos utilizados para justificar essa composição.*
- *Se a empresa mantém planos de carreira e políticas de pessoal que valorizem a diversidade.*
- *Se nos programas e ações voltados aos fornecedores, clientes e comunidade, a empresa desenvolve algum tipo de ação específica para a valorização das mulheres.*



4º OBJETIVO

REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

Meta 5 Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

A LUTA PELA VIDA

O Brasil vem obtendo conquistas importantes na redução da taxa de mortalidade na infância (óbitos de crianças menores de 5 anos). De 1990, data usada como parâmetro para os ODM pela ONU, até 2002 o índice caiu 38,3%, passando de 53,7 para 33,7 mortes em cada grupo de mil nascidos vivos. No Nordeste, que registrava as mais altas taxas, a queda foi ainda mais significativa: 46,1%. Embora em ritmo menor, a taxa de mortalidade infantil (óbitos de crianças menores de 1 ano) também vem caindo. De 1996 a 2003 recuou 26,5% — de 33,2 para 24,4 por mil nascidos vivos.

Apesar dessas conquistas, o país ainda está muito distante das taxas de mortalidade de países desenvolvidos ou mesmo de países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai (*quadro 1*). Milhares de crianças morrem anualmente por doenças que poderiam ser evitadas, como as chamadas afecções perinatais, aquelas relacionadas às condições da gravidez e do parto e aos cuidados com o bebê logo após o nascimento (*quadro 2*), particularmente na primeira semana e no primeiro mês de vida (*quadros 3 e 4*).

A assistência médica adequada também poderia evitar muitas mortes de crianças entre 1 mês e 1 ano, provocadas por infecções e doenças pulmonares (*quadro 5*). As altas taxas de óbitos por "causas mal definidas" são indicativas de mortes sem assistência médica, ocorridas geralmente em casa.

Quadro 1

Mortalidade infantil (menores de 1 ano, por mil nascidos vivos)

Suécia	3
Suíça e França	4
Cuba	6
Estados Unidos	7
Chile	8
Uruguai	12
Argentina	17
Brasil	24,4

Fonte: Unicef 2003/Situação da Infância no Mundo e no Brasil

Quadro 2

Causas de óbitos infantis no primeiro ano de vida (%)

	1996	2003
Afecções perinatais	49,71	55,45
Mal definidas	12,76	8,39
Doenças infecciosas	11,22	7,58
Aparelho respiratório	8,83	6,66

Fonte: Ripsa/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 3

Óbitos de crianças até 6 dias (neonatal precoce), por causas selecionadas (%)

	1996	2003
Afecções Perinatais	86,2	82,8
Mal definidas	2,3	2,4
Doenças infecciosas	0,4	0,4
Aparelho respiratório	0,3	0,4
Malformação congênita	10	13,3

Fonte: Ripsa/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 4

Óbitos de crianças de 7 a 27 dias (neonatal tardio), por causas selecionadas (%)

	1996	2003
Afecções perinatais	64,7	73,3
Mal definidas	10,6	4,0
Doenças infecciosas	4,3	2,3
Aparelho respiratório	3,0	2,0
Malformação congênita	13,7	15,8

Fonte: Ripsa/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 5

Óbitos de crianças de 28 a 364 dias (pós-neonatal), por causas selecionadas (%)

	1996	2003
Afecções perinatais	3,6	8,3
Mal definidas	25,3	18,9
Doenças infecciosas	25,36	20,3
Aparelho respiratório	20,4	17,7
Malformação congênita	8,3	13,6

Fonte: Ripsa/Relatório Nacional de Acompanhamento

AÇÕES POSITIVAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas de atenção à saúde materno-infantil são as que mais têm avançado na realização de projetos em parceria com a sociedade civil organizada e com as empresas. Programas como o Saúde da Família e de Agentes Comunitários, presentes na maioria dos municípios brasileiros, vêm recebendo apoio ativo de organizações como a Pastoral da Criança, que atende por mês cerca de 1,6 milhão de crianças, além de dezenas de associações comunitárias, ONGs e de projetos específicos de empresas espalhados por todo o país.

É importante ressaltar também que os avanços nos demais ODM, especialmente no combate à fome e na melhora das condições ambientais, como a garantia à água potável, têm forte efeito sobre a saúde de gestantes e dos recém-nascidos, contribuindo para reduzir a mortalidade infantil.

EMPRESAS QUE INVESTEM EM SAÚDE

Alguns setores empresariais, pelas características de seus negócios, têm envolvimento especial com a meta de redução da mortalidade infantil. É o caso da indústria de medicamentos, a rede hospitalar privada e a indústria de alimentos. No entanto, programas de assistência à infância sensibilizam boa parcela do meio empresarial e projetos exemplares nessa área podem ser encontrados em diferentes setores: empresas químicas que apóiam programas de combate à Aids e ao câncer infantil; indústrias de papel e celulose que mantêm serviços médico-ambulatoriais e de assistência à infância; bancos que financiam projetos de acesso à água potável; mineradoras que promovem campanhas sistemáticas de vacinação infantil.

Além disso, toda empresa comprometida com o futuro das crianças deve planejar formas de garantir ou facilitar a prática de aleitamento materno exclusivo nos primeiros meses de vida — a recomendação é por seis meses.

Vale ressaltar que as empresas que investem na melhora das condições de saúde de seus colaboradores, especialmente os de baixa renda, e em programas que favorecem a qualidade de vida das comunidades com as quais se relacionam, a capacitação profissional e a geração de trabalho e renda também estão contribuindo para a saúde da população em geral (veja quadro “Ações empresariais”).

Ações empresariais

- *Melhora do acesso a medicamentos seguros e baratos;*
- *Apoio a projetos de acompanhamento médico-ambulatorial e a tratamentos medicamentosos;*
- *Melhora do acesso à água potável;*
- *Desenvolvimento, apoio e premiação de projetos exemplares na área de alimentação infantil, higiene e assistência à infância;*
- *Desenvolvimento e apoio a berçários e creches em comunidades.*

INDICADORES

Os números relativos à mortalidade infantil e a análise das causas e sua alteração ao longo do tempo mostram os efeitos das políticas públicas e as frentes que ainda precisam ser atacadas. Indicadores:

- Evolução da taxa de mortalidade na infância — crianças menores de 5 anos;
- Evolução da taxa de mortalidade infantil — crianças menores de 1 ano;
- Causas da mortalidade infantil por idade, faixa de renda e cor/raça;
- Cobertura vacinal das crianças até 1 ano.

INDICADORES ETHOS

Parâmetros para avaliar o compromisso das empresas com o cumprimento do quarto ODM, em relação ao público interno e externo:

- Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade;
- Compromisso com o futuro das crianças;
- Cuidados com saúde, segurança e condições de trabalho;
- Envolvimento da empresa com a ação social;
- Participação em projetos sociais governamentais;
- Relações com organizações locais;
- Trabalho infantil na cadeia produtiva.

Vale a pena investigar

- *Empresas que desenvolvem programas exemplares para garantir o aleitamento materno por seis meses.*
- *Resultados de programas de orientação nutricional promovidos por grandes empresas de alimentos.*
- *Redução da mortalidade infantil e melhora da qualidade de vida das famílias em regiões do Semi-Árido beneficiadas pelo Programa 1 Milhão de Cisternas, com ampla participação da iniciativa privada.*
- *O efeito de projetos de acompanhamento de tratamentos medicamentosos de crianças, desenvolvidos por voluntários de instituições de saúde.*

Fique atento

- *Se a empresa mantém programas de assistência à saúde para seus funcionários e familiares e se exige esse compromisso das empresas prestadoras de serviços com os funcionários.*
- *Ao envolvimento da empresa com as políticas públicas de combate à mortalidade infantil, seja pelo estímulo à participação voluntária de seus colaboradores em ações, seja pelo apoio material e financeiro a projetos desenvolvidos por terceiros.*
- *Aos mecanismos utilizados para garantir e/ou facilitar o aleitamento materno.*
- *Se a empresa demonstra compromisso com o futuro das crianças pela proibição do trabalho infantil em sua cadeia produtiva, pelo estímulo à educação e a outros projetos de apoio e proteção à infância.*



5º OBJETIVO

MELHORAR A SAÚDE MATERNA

Meta **6** Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.

Metas brasileiras **6A** Promover, na rede do Sistema Único de Saúde (SUS), cobertura universal por ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015.

6B Até 2015, ter detido o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero, invertendo a tendência atual.

UMA BATALHA AINDA NO INÍCIO

O Brasil registra uma taxa de mortalidade materna alta, 51,7 óbitos por 100 mil nascidos vivos, se comparada com a de países desenvolvidos e em desenvolvimento (*quadro 1*). O ritmo de redução da chamada razão de mortalidade materna (RMM) tem sido lento em todo o território nacional – na média, apenas 9% entre 1999 e 2003 – e no Nordeste a taxa chegou a crescer (*quadro 2*). Segundo os analistas do setor, a realidade pode ser ainda pior do que esses números indicam. Além de a notificação das causas de óbito materno ser deficiente nos órgãos de saúde do país, há disparidades nas metodologias usadas regionalmente, impedindo comparações mais precisas.

As complicações obstétricas durante a gravidez, o parto e o pós-parto e aquelas relacionadas a abortos representaram 73,7% das causas da mortalidade materna em 2003 (*quadro 3*). Em sua grande maioria, óbitos que poderiam ter sido evitados, decorrentes de acompanhamento pré-natal deficiente ou inexistente, de intervenções médico-cirúrgicas incorretas, da clandestinidade em que são feitos os abortos no Brasil ou de uma cadeia de ações relativas a um desses fatores.

Vale destacar que as curetagens devido a complicações resultantes de abortos são a segunda causa de internação para procedimento obstétrico no Sistema Único de Saúde (SUS), atrás apenas dos partos normais. Em 2003, houve cerca de 243 mil procedimentos desse tipo.

As chamadas causas indiretas, resultado de doenças preexistentes agravadas pela gravidez, mais comuns nos países desenvolvidos, caíram de forma acentuada entre 1999 e 2003 — de 25,7% para 13,3%.

Atenção integral à saúde da mulher

O Brasil já consegue oferecer ampla cobertura hospitalar para os partos, aproximando-se da universalização em algumas regiões (*quadro 4*). Registra-se, porém, um volume abusivo de cesarianas, procedimento que, além de caro, aumenta os riscos de complicações pós-parto (*quadro 5*). Quanto ao acompanhamento da gestante, ainda há muito a ser feito. Um pré-natal de qualidade envolve pelo menos seis consultas durante a gestação. No entanto, metade das brasileiras não conta com esse tipo de atendimento (*quadro 6*).

As altas taxas de mortalidade materna por causas evitáveis deixam claro que os avanços nessa frente dependem de uma melhora na atenção à saúde da mulher como um todo. Por isso, no Brasil, duas novas metas foram associadas ao quinto ODM: a cobertura total à saúde reprodutiva e sexual e a detenção e inversão do crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero.

As neoplasias — principalmente o câncer de mama e o de colo do útero — responderam em 2003 por 33% das mortes de mulheres entre 30 a 69 anos. Esses dois tipos de câncer podem ser contidos se detectados em seu estágio inicial, o que pressupõe acompanhamento médico regular. No entanto, no mesmo ano, 34,4% das brasileiras acima de 40 anos nunca haviam feito um exame clínico de mamas e 49,7% das com mais de 50 anos nunca haviam se submetido a uma mamografia, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A cobertura para o exame preventivo de câncer de colo de útero é um pouco mais ampla: 68,7% das mulheres acima de 24 anos já o haviam feito pelo menos uma vez nos últimos três anos. No entanto, um quinto das brasileiras nunca havia feito tal exame.

Quadro 1

Taxa de mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos – 2000

Alemanha	8
Reino Unido	13
França	17
Estados Unidos	17
Chile	31

Fontes: OMS e Unicef

Quadro 2

Taxa de mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos – Brasil e Grandes Regiões

	1999	2003
Brasil	57,09	51,74
Norte	63,11	56,85
Nordeste	56,25	62,79
Sudeste	54,69	41,65
Sul	61,87	51,32
Centro-Oeste	57,23	52,66

Fonte: MS/SVS SIM-Sinasc/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 3

Óbitos maternos segundo grupo de causas, entre 1999 e 2003 – Brasil (%)

	1999	2003
Causa indeterminada	3	3,6
Aborto	7,9	9,8
Causas obstétricas indiretas	25,7	13,3
Outras causas obst. diretas	63,4	63,9

Fonte: MS/SVS SIM-Sinasc/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 4

Partos acompanhados por profissionais de saúde qualificados – Brasil e Grandes Regiões, 2002 (%)

Brasil	96,7
Norte	91,18
Nordeste	93,54
Sudeste	99,26
Sul	99,02
Centro-Oeste	99,32

Fonte: MS-SVS Sinasc /Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 5

Partos por cesárea realizados no Brasil (%)

1996	1999	2003
40,2	36,9	38,6

Fonte: MS/SVS Sinasc /Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 6

Consultas de acompanhamento pré-natal — Brasil e Grandes Regiões, 2002 (%)

	Nenhuma	1 a 3 consultas	4 a 6 consultas	7 consultas ou mais
Brasil	3,71	10,83	36,26	49,14
Norte	7,12	19,38	46,94	26,55
Nordeste	6,34	15,18	43,57	34,9
Sudeste	1,97	6,94	30,55	60,54
Sul	1,7	7,23	30,02	61,05
Centro-Oeste	2,05	8,66	33,44	55,85

Fonte: MS/SVS Sinasc /Relatório Nacional de Acompanhamento

AÇÕES POSITIVAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A atenção à saúde materna, assim como as ações preventivas da mortalidade infantil, têm se beneficiado das bem-sucedidas parcerias realizadas entre organismos oficiais e organizações da sociedade civil. Um bom exemplo é a ampla divulgação da campanha pelo auto-exame de mamas, que conquistou significativo espaço na mídia, a adesão de organizações da sociedade civil, empresas e personalidades, contribuindo para a popularização da idéia de que esse é um tipo de câncer que pode ser tratado se detectado a tempo.

O Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, lançado em 2004, tem por objetivo acelerar o ritmo da redução dos óbitos associados à maternidade pela ampla mobilização e envolvimento dos conselhos profissionais, as centrais sindicais, centros de estudos e pesquisas, ONGs etc.

AS EMPRESAS E A SAÚDE DAS MULHERES

As mulheres representam quase metade da força de trabalho do país e as ações em benefício da saúde materna devem começar dentro da própria empresa. No entanto, muitas vezes a gestante enfrenta um ambiente

adverso no local de trabalho, situação que pode ser alterada pela ação decidida da empresa focada na melhora da saúde materna, tanto internamente quanto na cadeia produtiva ou nas comunidades.

As companhias cujo público preferencial são as mulheres – fabricantes de produtos de higiene e beleza, de eletrodomésticos, farmacêuticos – ou que as empregam em grande número – indústria têxtil, de vestuário, eletroeletrônicos, redes privadas de educação e saúde – têm papel importante nesse terreno. Muitas delas vêm realizando programas exemplares de promoção da saúde da mulher e materno-infantil, educação sexual e reprodutiva para jovens, campanhas pela prevenção de gravidez, sexo seguro e contra as drogas – iniciativas que também podem ser encontradas em todos os setores de produção (veja quadro “Ações empresariais”).

Ações empresariais

- *Melhora das condições de trabalho e da saúde ocupacional da mulher na empresa e estímulo para ações semelhantes na cadeia produtiva;*
- *Implantação de centros de apoio feminino em comunidades, com cursos e serviços de orientação materno-infantil e para o sexo seguro;*
- *Apoio a ONGs que trabalham com o tema de gênero e com a melhora dos serviços de saúde da mulher;*
- *Apoio a políticas públicas voltadas para a melhora da saúde materna.*

INDICADORES

Mortalidade materna

A evolução da taxa de mortalidade e as causas de morte associadas à gestação e ao parto são os principais parâmetros para avaliar as conquistas nesse terreno. Indicadores:

- Taxa de mortalidade materna;
- Proporção de óbitos maternos segundo grupo de causas;
- Número de internações por aborto.

Assistência à saúde da mulher

As condições da gestação e do parto, bem como as demais causas de mortes, indicam a evolução dos cuidados com a saúde materna e das mulheres em geral. Indicadores:

- Proporção de partos assistidos por profissional de saúde qualificado;
- Proporção de cobertura por consultas de pré-natal;
- Proporção de óbitos de mulheres por causas selecionadas de neoplasias.

INDICADORES ETHOS

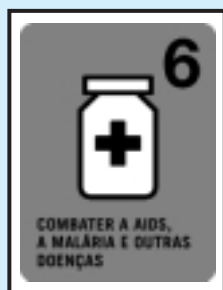
Parâmetros para avaliar o compromisso das empresas com o cumprimento do quinto ODM, em relação ao público interno e externo:

- Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade;
- Cuidados com saúde, segurança e condições de trabalho;
- Participação em projetos governamentais;
- Valorização da diversidade.

Fique atento

- *Se a empresa mantém programas de diversidade e se tem iniciativas específicas de atenção à saúde materno-infantil para suas funcionárias.*
- *Se a empresa contrata mulheres casadas e se exerce algum tipo de constrangimento sobre as grávidas.*
- *No caso de empresas que têm as mulheres como público-alvo de seus produtos, se desenvolvem alguma ação dirigida à saúde materno-infantil.*
- *Se a empresa tem normas específicas de segurança que protejam as gestantes.*

6º OBJETIVO



COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

Metas

7 Até 2015, ter detido a propagação do HIV/Aids e começado a inverter a tendência atual.

8 Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado a inverter a tendência atual.

Metas brasileiras

8A Até 2015, ter reduzido a incidência da malária e da tuberculose.

8B Até 2010, ter eliminado a hanseníase.

GUERRA CONTRA AS DOENÇAS

O programa brasileiro de combate à Aids é uma referência mundial pelos bons resultados atingidos: o país deteve o ritmo de crescimento da doença e reduziu as taxas de mortalidade. Já os resultados relativos à malária e a outras doenças endêmicas, como a tuberculose e a hanseníase, ainda deixam a desejar. Por isso, o controle dessas doenças foi incluído entre as metas brasileiras dos ODM.

Desde 1980, ano da primeira ocorrência no Brasil, até 2004 foram notificados no país cerca de 360 mil casos de Aids. A contaminação foi crescente até 1998, quando chegou à taxa de 20 casos por 100 mil habitantes, a maioria, cerca de 80%, concentrada nas regiões Sudeste e Sul. As mortes por Aids também registravam taxas progressivas, em ritmo semelhante ao da incidência da doença, até 1995, quando atingiu 9,7 óbitos por 100 mil habitantes.

Graças à política de acesso universal ao tratamento anti-Aids, implantada em 1996, a taxa de mortalidade começou a cair, estabilizando-se em 6,3 mortes por 100 mil habitantes a partir do ano 2000 (*quadro 1*). A sobrevivência dos pacientes contaminados também aumentou, entre 1993 e 2003. Atualmente a incidência de Aids tem crescido entre as mulheres, em razão do aumento do número de casos por transmissão heterossexual.

A informação da população e o uso de preservativos nas relações sexuais consideradas de risco são a melhor forma de conter a incidência da doença. Também nesse terreno o Brasil vem obtendo êxito. A maioria da população (91%) sabe o que é a Aids, como o HIV é transmitido e como evitar a contaminação (94%), de acordo com a pesquisa "Conhecimentos, Atitude e Práticas da População Brasileira de 15 a 54 anos", realizada pelo Ministério da Saúde em 2004 (*quadro 2*).

Malária, tuberculose e hanseníase

As conquistas registradas em relação à Aids mostram o caminho para erradicar doenças como malária, tuberculose e hanseníase, endêmicas no Brasil: investimento em atenção à saúde, medicamentos gratuitos, acompanhamento dos doentes em tratamento e difusão da informação. Diferentemente da Aids, porém, essas doenças estão associadas aos bolsões de miséria existentes no país, principalmente no meio rural, e requerem investimentos em saneamento básico e extensão da rede de atenção à saúde.

De 1990 até 2004, a contaminação por malária caiu de 33,1 para 20,4 casos por mil habitantes (*quadro 3*). Destes, 99,5% estão concentrados na Amazônia Legal, que abrange áreas dos sete estados da Região Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão. A taxa de mortalidade recuou de 5,2 casos para 0,4 por 100 mil habitantes. Essa queda, no entanto, não é linear — os números variam muito entre os diferentes estados. Além disso, em algumas regiões registrou-se pequeno aumento da proporção de malária por *Plasmodium falciparum*, forma mais grave da doença, responsável por 80% dos casos letais.

A cada ano, 80 mil pessoas contraem tuberculose no Brasil. E, apesar de registrar queda, a taxa de mortalidade mantinha-se ainda em patamar muito elevado em 2003: 2,8 por 100 mil habitantes (*quadro 4*). Uma pessoa com tuberculose pulmonar, a forma mais freqüente da doença, sem tratamento, em um ano pode contaminar até 15 pessoas, em média.

Tratamentos mal conduzidos podem não só retardar a cura como também provocar resistência do bacilo aos medicamentos. O tratamento supervi-

sionado, aquele em que o doente é acompanhado por um profissional de saúde ao longo de um ano, é a melhor forma de combater a doença. No entanto, em 2003 apenas 21% das unidades básicas de saúde tinham condições de oferecê-lo.

O fim da hanseníase nos 122 países em que a doença se mantinha em situação endêmica foi um dos pactos firmados em 1991, na 44ª Conferência Mundial de Saúde. O Brasil é um dos nove que ainda não atingiram a meta proposta. Embora o tratamento da doença seja fácil quando detectada em sua fase inicial, surgem a cada ano cerca de 40 mil novos casos no país, 10% deles em crianças. A incidência é maior entre a população de baixa renda da Amazônia Legal, mas ocorre também em bolsões de pobreza espalhados por todo o país.

Quadro 1

Taxa de mortalidade por Aids (por 100 mil habitantes) – Brasil

1995	2003
9,7	6,3

Fonte: MS-SVS Dasis-SIM/Relatório Anual de Acompanhamento

Quadro 2

Uso de preservativos nas relações sexuais

População sexualmente ativa entre 15 e 54 anos
38%, na última relação sexual, independentemente do parceiro ou parceira;
25%, uso regular;
51%, com parceiro ou parceira eventual.

Jovens entre 15 e 24 anos
57%, na última relação sexual, independentemente do parceiro ou parceira;
67%, com parceiro ou parceira eventual.

Fonte: MS

Quadro 3

Incidência e mortalidade por malária (por 100 mil habitantes) – Brasil

	1990	2004
Incidência	33,1	20,4
Mortalidade	5,2	0,4

Fonte: MS-SVS/Relatório Anual de Acompanhamento

Quadro 4

Mortes por tuberculose (por 100 mil habitantes) – Brasil

1980	2003
5,8	2,8

Fonte: MS/SVS

AÇÕES POSITIVAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa Nacional de DST/Aids tem conseguido reduzir os números associados à doença e melhorar a qualidade de vida dos infectados pelo HIV. Os organismos vinculados à saúde pública também vêm trabalhando para intensificar o combate à malária, à tuberculose e à hanseníase, recorrendo à mobilização popular, às parcerias com as organizações da sociedade civil e às empresas.

AS EMPRESAS FRENTE ÀS DOENÇAS

Os fabricantes dos medicamentos que combatem os efeitos do vírus da Aids têm participação direta nos programas de contenção da doença. É grande também o número de empresas, de todos os setores, que promovem e apóiam campanhas de educação sexual, saúde reprodutiva e sexo seguro entre seus funcionários e nas comunidades com as quais se relacionam, assim como amplas campanhas de mídia de conscientização sobre o sexo seguro. Da mesma forma, empresas instaladas em regiões de incidência de tuberculose, malária e hanseníase vêm participando de campanhas para o tratamento e erradicação dessas doenças (veja quadro “Ações empresariais”).

Ações empresariais

- *Oferta ou programas que facilitam o acesso a medicamentos seguros e baratos;*
- *Apoio a programas de educação, prevenção e tratamento da Aids e de outras doenças;*
- *Apoio a ONGs que desenvolvem projetos na área de saúde;*
- *Cooperação com o governo no programa de combate à Aids.*

INDICADORES

Combate à Aids

Para avaliar os avanços em relação à Aids no Brasil é preciso conhecer a evolução da doença na população em geral e entre seus diferentes segmentos, a taxa de mortalidade, medidas preventivas e sua eficácia. Indicadores:

- Taxa de prevalência de HIV/Aids entre as parturientes de 15 a 24 anos;
- Utilização de preservativos nas relações sexuais de risco;
- Proporção de pessoas entre 15 e 24 anos com conhecimento correto sobre HIV/Aids;
- Taxa de incidência de Aids segundo região de residência, por ano de diagnóstico;
- Prevalência da infecção pelo HIV entre a população de 15 a 49 anos, por sexo;
- Taxa de mortalidade por Aids segundo região de residência, por ano do óbito.

Malária, tuberculose e hanseníase

Para avaliar os resultados obtidos é importante conhecer as taxas de prevalência, os bolsões em que se localizam as doenças endêmicas e os resultados dos tratamentos. Indicadores:

- Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à malária;
- Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à tuberculose, casos detectados e curados;
- Coeficiente de prevalência de hanseníase.

INDICADORES ETHOS

Parâmetros para avaliar o comportamento e ações das empresas com o cumprimento do sexto ODM:

- Comportamento frente a demissões;
- Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade;
- Conhecimento dos danos potenciais de produtos e serviços;

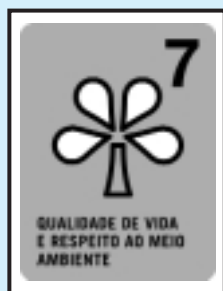
- Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno;
- Participação em projetos sociais governamentais;
- Relações com organizações locais;
- Valorização da diversidade.

Vale a pena investigar

- *A participação de segmentos da indústria de medicamentos no programa de combate à Aids.*
- *A ação de mineradoras instaladas na Amazônia Legal em relação às doenças endêmicas existentes na região.*
- *Os programas de educação sexual e saúde reprodutiva mantidos por empresas do setor de perfumaria, cosméticos e higiene, entre outros segmentos.*
- *A ação de grandes empresas instaladas em áreas de incidência de doenças endêmicas em relação ao enfrentamento dessas doenças.*

Fique atento

- *À atitude da empresa em relação a funcionários infectados pelo HIV e às formas de apoio oferecidas.*
- *Às políticas de saúde em relação aos funcionários, à cadeia produtiva e à comunidade de empresas instaladas ou cujos fornecedores estejam instalados em regiões com incidência de endemias.*
- *Ao real compromisso com as questões de saúde pública e participação em campanhas de saúde promovidas pelo governo e/ou organizações da sociedade civil.*



7º OBJETIVO

GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Metas

9 Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.

10 Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável e esgotamento sanitário.

11 Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na qualidade de vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários.

DEFESA DA SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade ambiental pode ser definida como a utilização dos recursos naturais de tal forma que não prejudique o direito das gerações futuras de também dispor desses recursos. Detentor da maior floresta tropical unida do planeta — a Amazônia — e da área de maior biodiversidade — a Mata Atlântica —, o Brasil vem perdendo a batalha da sustentabilidade e dificilmente poderá atingir as metas propostas para 2015.

Existem no país cerca de 575 milhões de hectares de florestas, o equivalente a 67,6% do território, segundo estimativas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) — 570 milhões são de florestas naturais e 5 milhões de hectares de florestas plantadas. O desmatamento, porém, tem sido imenso.

A Amazônia já perdeu 15% da área original, cerca de 570 mil quilômetros quadrados de floresta, e o ritmo de desmatamento continua intenso, em média 18.437 quilômetros quadrados por ano, entre 1988 e 2004 (*quadro 1*). Da Mata Atlântica, restam apenas 7,8% da cobertura original e a especulação imobiliária tem sistematicamente transformado as florestas em condomínios residenciais de luxo à beira-mar. Junto com as florestas, desaparecem também a fauna e cadeias alimentares inteiras.

Por outro lado, crescem no Brasil as áreas de proteção à biodiversidade e de manejo de recursos naturais. Até junho de 2005, existiam 271 Unidades de Conservação (UC) federais geridas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), das quais 158 de uso sustentável e 113 de proteção integral, somando 63,2 milhões de hectares (*quadro 2*).

A iniciativa privada também tem importante papel nesse cenário da conservação ambiental através das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e do seu envolvimento na gestão das Áreas de Proteção Ambiental. Em 2005 havia 409 RPPN reconhecidas pelo Ibama e geridas por seus proprietários.

Existem ainda 1.498 áreas destinadas à conservação da natureza, distribuídas em 948 municípios brasileiros. Além disso, as terras indígenas legalizadas ou em fase de legalização também podem ser consideradas áreas de preservação. Ao todo são 98,9 milhões de hectares, 11,6% do território nacional, e abrigam cerca de 345 mil índios.

Matriz energética

O Brasil mantém uma matriz energética relativamente limpa. Quase metade da oferta energética nacional, 43,8%, é de origem renovável, enquanto a média mundial é de 14% e a dos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 6%. Entre as fontes renováveis, destacam-se a energia gerada por hidrelétricas e pela queima de biomassa — lenha, carvão vegetal, óleo vegetal e álcool combustível (*quadro 3*).

O Brasil gera 1,77 tonelada de CO₂ *per capita*, o principal gás responsável pelo efeito estufa, seis vezes menos que a média dos países industrializados, que é de 10,9 toneladas de CO₂ *per capita*. Quanto aos gases destruidores da camada de ozônio, o país vem registrando considerável queda nas emissões. Entre 1992 e 2003, foram reduzidas em cerca de 60% (*quadro 4*).

Água e esgoto

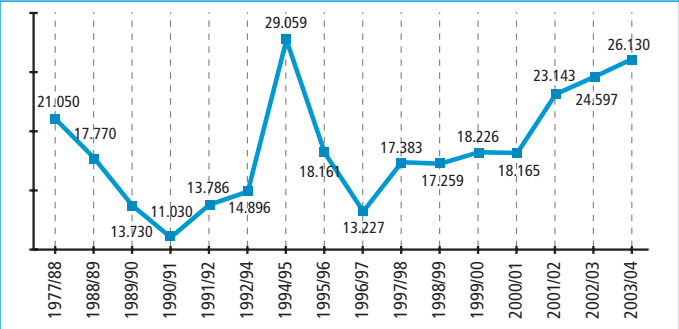
A evolução do abastecimento de água tratada e do esgotamento sanitário no Brasil tem sido muito lenta (*quadro 5, 6 e 7*). Cerca de 32% dos municípios brasileiros sofrem de escassez de água, especialmente os do Semi-Árido, e 25% da população urbana ainda não é atendida por esgotamento sanitário. No meio urbano, essa cobertura é mais extensa entre os domicílios chefiados por brancos (80%) do que entre os chefiados por negros (61%).

Qualidade de vida

Este é um dos maiores desafios do país para o cumprimento do sétimo ODM: cerca de 40% dos domicílios urbanos brasileiros, o equivalente a 17 milhões de residências, apresentam pelo menos uma das condições inadequadas de moradia (*quadro 8*). As condições inadequadas são definidas pela ONU como ausência de água encanada na propriedade, ausência de esgoto ou fossa séptica, ausência de banheiro para uso exclusivo da unidade familiar, teto e paredes de materiais inadequados, mais de três pessoas por cômodo, terrenos irregulares e inseguros.

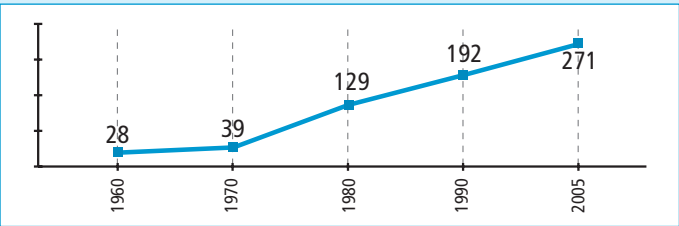
Também era alto, em 2000, o déficit de moradias – 7,2 milhões de unidades, atingindo principalmente as camadas de baixa renda (*quadro 9*). Além disso, apenas metade das famílias brasileiras tinha uma avaliação positiva das condições em que vive, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, de 2002-2003 (*quadro 10*).

Quadro 1
Taxa de desmatamento na Amazônia Legal (km²/ano)



Fonte: INPE/Relatório Anual de Acompanhamento

Quadro 2
Evolução do número de Unidades de Conservação (UC) federais no Brasil



Fonte: Ibama, 2005

Quadro 3

Fontes de energia utilizadas no Brasil – 2003 (%)

Petróleo e derivados	Gás natural	Carvão mineral	Urânio	Hidrelétrica	Biomassa
40,2	7,7	6,5	1,8	14,6	29,2

Fonte: Balanço Energético Nacional, 2004/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 4

Emissão total de gases destruidores de ozônio no Brasil (mil toneladas PDO*)

1992	2003
11,19	4,35

* Potencial de destruição da camada de ozônio.

Fonte: Balanço Energético Nacional, 2004/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 5

População abastecida com água tratada – Brasil (%)

1992		2003	
Zona rural	Zona urbana	Zona rural	Zona urbana
12,3	82,3	25,7	88,8

Fonte: Ipea a partir dos microdados do IBGE-Pnads 1992-2003/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 6

População servida por esgotamento sanitário – Brasil (%)

1992		2003	
Zona rural	Zona urbana	Zona rural	Zona urbana
10,3	65,9	17,2	75,7

Fonte: Ipea a partir dos microdados do IBGE-Pnads 1992-2003/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 7

População com acesso simultâneo a água e esgotamento sanitário – Brasil (%)

1992	2003
62,3%	71,4%

Fonte: Ipea a partir dos microdados do IBGE-Pnads 1992-2003/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 8

Domicílios urbanos com condições de moradia adequadas – Brasil urbano e Grandes Regiões (%)

	1992	2003
Norte*	22,5%	24,2%
Nordeste	31,1%	43,3%
Sudeste	61,5%	72,3%
Sul	51,2%	65,6%
Centro-Oeste	29,2%	39,7%
Brasil	49,4%	59,7%

* Exclusiva a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP.
Fonte: Ipea a partir dos microdados do IBGE-Phads 1992-2003/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 9

Déficit habitacional urbano por faixa de renda em salários mínimos – Brasil, 2000 (%)

Até 3	De 3 a 5	De 5 a 10	Mais de 10
83	9	6	2

Fonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estatísticas e Informações/Relatório Nacional de Acompanhamento

Quadro 10

Avaliação das famílias sobre suas condições de moradia – Brasil 2002-2003 (%)

Boas	Satisfatórias	Ruins	Não responderam
50	35	13	2

Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/Relatório Nacional de Acompanhamento

AÇÕES POSITIVAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A legislação ambiental brasileira é uma das mais rigorosas e preservacionistas do mundo. No entanto, a falta de investimentos em infra-estrutura e em recursos humanos impede uma ação mais eficiente dos órgãos públicos para evitar a poluição do ar e das águas por emissões descontroladas, o desmatamento clandestino e as queimadas das florestas.

A mobilização da sociedade civil em defesa do meio ambiente, do direito à moradia e à melhora da qualidade de vida, bem como a ação das empresas que assumem a sustentabilidade socioambiental como estratégia de gestão, tem sido a mola propulsora dos avanços observados nas metas associadas ao sétimo ODM.

Alguns exemplos são evidentes. Cerca de 30% dos municípios brasileiros já estão envolvidos com a elaboração da Agenda 21 Local, que traça os caminhos para o desenvolvimento sustentável no município — em geral por iniciativa da sociedade civil, com o apoio de empresas. Em 2003, a Conferência Nacional de Meio Ambiente mobilizou mais de 60 mil pessoas nos eventos preparatórios. Em 2005, foi aprovado pelo Congresso Nacional, depois de 13 anos de tramitação, o primeiro projeto de lei de iniciativa popular, subscrito por mais de 1 milhão de brasileiros, para a instituição do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Com a criação do Ministério das Cidades em 2003, diversas iniciativas de movimentos sociais de apoio à construção de moradias populares e à urbanização de regiões periféricas passaram a ser incorporadas como preocupação do Estado, que vem gestando políticas para atender a essas demandas.

Em contrapartida, ainda é grande no país a atividade econômica predatória e a incapacidade de fiscalização dos órgãos públicos. A pobreza e ausência de uma política efetiva e sustentável de ocupação do solo urbano também têm contribuído para a ocupação desordenada das periferias das grandes cidades, com a destruição de mananciais, ocupação de encostas e de áreas de preservação.

AS EMPRESAS E A SUSTENTABILIDADE

Recentemente, a Bolsa de Valores de São Paulo lançou o seu Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por uma carteira de ações de 28 empresas, selecionadas entre as de maior liquidez, que se destacam pelas práticas exemplares de sustentabilidade. A iniciativa reflete uma tendência dos investidores de reconhecer nessas organizações empresariais melhores condições para enfrentar e superar crises. Alguns bancos, percebendo essa tendência, vêm lançando fundos de investimentos lastreados em ações de empresas listadas no ISE ou que se destacam por sua atuação ética e sustentável.

Bancos brasileiros e grandes redes bancárias internacionais que atuam no país já aderiram aos Princípios do Equador, pacto liderado pela International Finance Corporation (IFC), comprometendo-se a atender a seus critérios ambientais e sociais nas concessões de créditos a partir de US\$ 50 milhões. Fazem parte das regras dos Princípios do Equador a avaliação do impacto ambiental do projeto sobre flora e fauna, a exigência de compensações em dinheiro para populações afetadas por um projeto, a proteção a comunidades indígenas e a proibição de financiamento ao uso de trabalho infantil ou escravo.

É crescente o número de empresas preocupadas em gerir seu impacto no meio ambiente e nas comunidades do entorno, procurando minimizar seus efeitos negativos. Cada vez mais se investe no manejo sustentável dos recursos naturais, no tratamento e reaproveitamento de resíduos e em formas alternativas de geração de energias limpas, bem como na ecoeficiência de processos e produtos.

Também são significativos os investimentos das empresas em educação ambiental nas comunidades onde atuam ou com as quais se relacionam e em programas sociais de amplo espectro, como os de combate à fome e acesso a água potável e saneamento básico — questões que apresentam altos custos ambientais (veja quadro “Ações empresariais”).

Ações empresariais

- *Gestão do impacto ambiental;*
- *Treinamento, formação e capacitação no uso sustentável de recursos naturais;*
- *Programas de premiação para projetos e ações ambientais;*
- *Garantia de acesso à água potável;*
- *Programas de tratamento de resíduos;*
- *Inovação de produtos e processos a partir do desenvolvimento sustentável;*
- *Mudança do modelo de gestão a partir de critérios ambientais;*
- *Premiação e reconhecimento público de projetos ambientais.*

INDICADORES

Sustentabilidade ambiental

A situação dos recursos naturais, a estrutura de preservação e as emissões dos principais poluentes de efeito global são parâmetros para avaliar a preservação das condições ambientais e da biodiversidade. Indicadores:

- Cobertura florestal, áreas desmatadas e taxa de desmatamento na Amazônia e na Mata Atlântica;
- Área de conservação e de proteção da biodiversidade;

- Intensidade do uso de energia;
- Emissão de CO₂ e demais gases causadores do efeito estufa;
- Emissão de CFC, que destrói a camada de ozônio.

Acesso a água potável e esgotos

Os números dos excluídos dão os parâmetros para avaliar melhoras nessas frentes:

- População com acesso a água tratada ou adequada ao consumo e a esgotamento sanitário.

Melhoria de vida

Indicadores para avaliar a evolução das condições de habitação da população:

- Domicílios em condições adequadas;
- Domicílios em aglomerados subnormais — assentamentos informais, favelas, cortiços, loteamentos irregulares e/ou clandestinos;
- Déficit habitacional por segmento de renda e cor/raça;
- Satisfação da população com a condição de moradia.

INDICADORES ETHOS

Parâmetros para avaliar o compromisso das empresas com o sétimo ODM:

- Comprometimento da empresa com a causa ambiental;
- Educação ambiental;
- Gerenciamento do impacto no meio ambiente, do ciclo de vida de produtos e serviços, bem como da minimização do tráfego gerado no entorno de suas instalações.

Vale a pena investigar

- *Entre as empresas do setor de papel e celulose, de siderurgia, moveleiros e outros segmentos que trabalhem com florestas plantadas, os programas exemplares de recuperação de matas nativas e de áreas degradadas por diferentes técnicas de manejo florestal.*
- *As relações mantidas, por essas empresas, com as comunidades do entorno e as novas parcerias produtivas que vêm se formando.*
- *As reservas, áreas de conservação e programas de monitoramento de vegetação nativa mantidos por empresas.*
- *Programas exemplares de gestão dos resíduos pós-consumo, com estímulo à reciclagem e à geração de trabalho e renda para populações marginalizadas e de baixa renda.*
- *Programas exemplares de capacitação de professores e de educação desenvolvidos em parceria com redes de ensino público.*
- *A participação empresarial em programas de acesso à água potável, como o 1 Milhão de Cisternas.*

Fique atento

- *Se a empresa cumpre a legislação ambiental e exige seu cumprimento pela cadeia produtiva.*
- *Ao cumprimento da legislação ambiental, que exige a preservação da cobertura vegetal dos mananciais e que 30% das áreas rurais sejam destinadas a manutenção e/ou recuperação da cobertura vegetal nativa.*
- *À origem da madeira utilizada pelos diferentes setores da indústria moveleira e de construção civil.*
- *Se a empresa faz a gestão de seu impacto no meio ambiente e na comunidade.*
- *Se a empresa tem algum tipo de ação sobre a gestão pós-consumo dos resíduos dos produtos que fabrica ou comercializa.*
- *Se a empresa estimula a coleta seletiva em suas instalações, entre seus funcionários e nas regiões onde está instalada.*

8º OBJETIVO



ESTABELECE UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Metas

- 12** Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não-discriminatório.
- 13** Atender às necessidades dos países menos desenvolvidos, incluindo um regime isento de direitos e não sujeito a cotas para as exportações de países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generosa aos países empenhados na luta contra a pobreza.
- 14** Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
- 15** Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais, de modo a tornar a sua dívida sustentável.
- 16** Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo.
- 17** Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em vias de desenvolvimento.
- 18** Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações.

UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL

O oitavo ODM está focado nas relações internacionais, sejam elas diretamente entre países, sejam mediadas por organismos internacionais de cooperação e regulação de negócios. Seu objetivo é criar condições para que os países muito pobres, os países em desenvolvimento e, nos dois casos, os países altamente endividados possam superar seus entraves internos e externos e, assim, entrar em rota de crescimento. Paralelamente a esse caráter globalizante, o oitavo ODM relaciona metas a serem alcançadas internamente, de modo a criar condições de expansão.

A iniciativa brasileira de maior visibilidade relacionada a alternativas de desenvolvimento é o Fórum Social Mundial (FSM), realizado pela primeira vez em Porto Alegre em 2001. O 1º FSM surpreendeu o mundo. Reuniu ONGs, representação de movimentos e lideranças sociais de 150 países, constituindo-se como um novo espaço mundial para o debate sobre o tema, aliado à inclusão social.

Em outro terreno, a diplomacia brasileira também tem tido papel de destaque na articulação dos países em desenvolvimento para obter condições de comércio internacional mais favoráveis para seus produtos. É o caso da articulação do G-20, grupo que reúne países em desenvolvimento na Rodada Doha – conjunto de reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciadas em Doha, no Catar, em 2001, com o objetivo de rever as regras do comércio internacional. Nessas reuniões, o Brasil vem defendendo o fim dos subsídios agrícolas e outros mecanismos de proteção que os países desenvolvidos concedem a seus produtores de alimentos e matérias-primas, impedindo ou dificultando as importações dos países em desenvolvimento.

O Brasil tem proposto ainda, nos organismos internacionais, que o combate à fome e à pobreza se transforme em prioridade dos governos de todo o mundo. Em 2003 criou, em parceria com a Índia e a África do Sul, o primeiro fundo de desenvolvimento com esse objetivo. Em 2004, em parceria com França, Chile e Espanha, lançou a Declaração de Genebra, que propõe fontes alternativas de apoio ao crescimento e ao combate à fome e à pobreza, baseadas em uma taxa sobre transações financeiras, contribuições voluntárias de empresas e um tributo sobre o comércio de armas.

Outra reivindicação do país é que as normas internacionais coloquem o direito à saúde acima do direito de patente de medicamentos pelas empresas. A OMC aprovou a proposta brasileira que permite a quebra de patentes dos medicamentos anti-Aids, de forma a torná-los acessíveis aos portadores da doença.

O governo brasileiro também tomou medidas exemplares no sentido de perdoar parcelas significativas da dívida de países pobres e altamente endividados (*quadro 1*). Até o final de 2004 as reduções de dívidas concedidas totalizaram US\$ 2,96 bilhões.

Condições internas de desenvolvimento

Internamente, porém, as políticas públicas para criar condições para o desenvolvimento têm sido tímidas, principalmente no que se refere à melhora da qualidade do ensino, ao acesso às novas tecnologias e à geração de empregos. Em 2000 foi instituído um fundo para estimular e tornar acessíveis à população novas tecnologias — o Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust), que recebe 1% do faturamento bruto das empresas de telecomunicações instaladas no país. Seu objetivo é justamente ampliar o acesso às novas tecnologias de informação pela implantação de redes de comunicação em escolas, órgãos públicos, bibliotecas e instituições de saúde. No entanto, os recursos do Fust, estimados em cerca de R\$ 5 bilhões, estão retidos pelo governo e não chegaram à população.

Enquanto isso, 55% dos brasileiros acima de 10 anos da idade jamais tiveram contato com computadores e 68% nunca navegaram na internet, de acordo com pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, em 2005. Apenas 11,9 milhões de pessoas no país têm acesso à internet em casa.

A telefonia tem crescido rapidamente por iniciativa das empresas privadas. Segundo a Anatel, em 2004 havia 42,3 milhões de telefones fixos instalados no país, um para cada quatro habitantes. Os telefones móveis somavam 70 milhões, um para cada 2,6 habitantes.

O investimento na criação de opções profissionais e oportunidades para os jovens é outro indicador do potencial interno de desenvolvimento e, também aqui, a iniciativa está nas mãos das organizações sociais e empresariais. Em 2005 a sociedade brasileira se mobilizou pela aprovação da Lei do Aprendiz, que permite às empresas contratar jovens entre 14 e 24 anos, em horários e condições especiais, facilitando assim seu ingresso no mercado de trabalho — o que foi conseguido em dezembro.

Quadro 1

Descontos de dívidas concedidos pelo Brasil — até o final de 2004

Países africanos	US\$ 840 milhões
América Latina	US\$ 304,9 milhões
Oriente Médio	US\$ 16,9 milhões
Polônia	US\$ 1,79 bilhão

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais/Relatório Nacional de Acompanhamento

AS EMPRESAS E OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO

Uma forma de as empresas contribuírem para o oitavo ODM é apoiar o desenvolvimento de comunidades pobres, investindo em sua capacitação, valorizando seus produtos, incluindo-as em sua cadeia produtiva e promovendo formas de comércio justo. Dois bons exemplos são o Programa Tear — Tecendo Redes Sustentáveis e o Projeto Vínculos.

O primeiro, realizado em parceria com o Instituto Ethos e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), objetiva aumentar a competitividade e a sustentabilidade de micro, pequenas e médias empresas integradas à cadeia de valor de grandes companhias de setores estratégicos da economia, que funcionam como âncoras do projeto. O trabalho será desenvolvido em pelo menos uma cadeia produtiva dos setores de mineração, construção civil, açúcar e álcool, siderurgia, energia elétrica, petróleo-gás e varejo.

O Projeto Vínculos, uma parceria entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), a Agência Germânica para Cooperação Técnica (GTZ), a Fundação Dom Cabral (FDC) e o Instituto Ethos, visa promover o desenvolvimento econômico e social das regiões mais carentes do país, pela criação e fortalecimento de vínculos de negócios sustentáveis entre grandes empresas e arranjos produtivos locais (micro, pequenas e médias empresas, cooperativas, empreendimentos solidários etc.), criando empregos, gerando renda e melhorando as condições de vida.

A capacitação e a formação profissional da juventude, bem como os programas de inclusão digital, também são importantes formas de contribuição, e uma parcela significativa de empresas foca suas ações de responsa-

bilidade social nessas atividades. Um bom exemplo é a Campanha Megajuda, organizada pelo Centro de Democratização da Informática (CDI), em parceria com o Instituto Ethos, a Câmara Americana de Comércio e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. A campanha arrecada cerca de 3 mil computadores de empresas a cada ano, os quais, depois de reciclados, são doados a centros de inclusão digital mantidos pelas mais diversas comunidades.

Muitas empresas também apóiam movimentos para a definição da Agenda 21 Local e desenvolvem ou financiam programas de formação e capacitação de lideranças comunitárias (veja quadro "Ações empresariais").

Ações empresariais

- *Democratização do acesso às tecnologias da informação pelo financiamento e apoio a centros de inclusão digital voltados para a juventude de baixa renda;*
- *Promoção do trabalho decente para os jovens;*
- *Programas de capacitação, escolas profissionalizantes, bem como a inclusão de aprendizes e estagiários em seus quadros;*
- *Viabilização de parcerias para o desenvolvimento social sustentável.*

INDICADORES

Relações internacionais

A maior parte dos indicadores sugeridos para essas metas diz respeito às ações dos países desenvolvidos e às suas organizações de cooperação. No entanto, o Brasil tem participado do esforço para reduzir as dívidas de países muito pobres, perdendo parte do que é devido ao país. Indicadores:

- Dívida oficial de países pobres perdoada.

Condições internas para desenvolvimento

Parâmetros para avaliar os investimentos necessários para criar condições para o desenvolvimento interno:

- Estratégias e ações que permitam aos jovens obter trabalho digno e produtivo;
- Taxa de desemprego entre jovens;
- Acesso da população a medicamentos essenciais a preços acessíveis;
- Acesso às novas tecnologias, em especial às tecnologias de informação e de comunicação;
- Computadores por habitante.

INDICADORES ETHOS

- Apoio ao desenvolvimento de fornecedores;
- Contribuições para campanhas políticas;
- Financiamento e envolvimento da empresa com a ação social;
- Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno;
- Liderança e influência social;
- Participação em projetos sociais governamentais;
- Práticas anticorrupção e antipropina;
- Relações com organizações locais.

Vale a pena investigar

- *A atuação de empresas de softwares, de máquinas e equipamentos em relação à inclusão digital e tecnológica.*
- *Escolas e projetos para a capacitação de jovens de baixa renda mantidos por empresas: escolas nas fábricas, centros de formação, projetos e escolas nas comunidades.*
- *Programas de desenvolvimento e capacitação de lideranças para entidades sociais, desenvolvidos em parceria entre empresas e universidades.*
- *Movimentos pela definição da Agenda 21 Local em diferentes municípios do país.*
- *Programas de inclusão digital desenvolvidos em parceria entre empresas e ONGs.*

Fique atento

- *Se a empresa abre espaço para jovens aprendizes entre os colaboradores.*
- *Se a empresa desenvolve ou apóia programas de capacitação ou formação profissional para os funcionários ou para jovens da comunidade.*
- *À destinação dada aos computadores e periféricos substituídos na empresa.*
- *Se a empresa mantém algum programa de desenvolvimento de seus fornecedores e formas de comércio justo com comunidades.*

Glossário

Afecções perinatais: doenças do recém-nascido nos 7 dias após o nascimento, ainda que a morte venha a ocorrer tardiamente: prematuridade, baixo peso ao nascer, infecções neonatais etc.

Analfabetismo funcional: segundo definição da Unesco adotada pelo IBGE nos anos 1990, são consideradas analfabetas funcionais as pessoas com menos de 4 anos de escolaridade.

Benefício de Prestação Continuada: um salário mínimo mensal, pago às pessoas com 65 anos ou mais e às pessoas portadoras de deficiência incapacitante, com renda familiar *per capita* inferior a 1/4 do salário mínimo. O benefício é operado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Doenças de notificação obrigatória: sarampo, difteria, tétano, coqueluche, febre tifóide, meningite meningocócica, tuberculose, raiva, febre amarela, hepatite viral, Aids, tuberculose, hanseníase, entre outras. As ocorrências devem ser notificadas às autoridades sanitárias para adoção de medidas de intervenção pertinentes.

Doenças endêmicas: doenças crônicas, como malária, febre amarela, esquistossomose, doença de Chagas, entre outras, próprias de determinadas regiões, que ocorrem constantemente e são transmitidas, em sua maioria, por parasitas ou vetores (insetos, caramujo etc.) contaminados.

Doenças epidêmicas: doenças infecciosas que afetam por período determinado certo território, atingindo um grande número de pessoas. Diferentemente das doenças endêmicas, a epidemia desaparece depois de algum tempo. Doenças como a gripe espanhola, Ebola e até mesmo a Aids são consideradas epidêmicas.

Domicílios em aglomerados subnormais: favelas e assemelhados com um mínimo de 51 domicílios ocupando terreno de propriedade alheia, dispostos de forma desordenada e densa e carente de serviços públicos essenciais, como saneamento básico.

Educação básica: compreende a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental (1ª a 8ª série) e o ensino médio (1ª a 3ª série).

Educação fundamental: nível de ensino garantido pelo Estado, com duração de oito anos (1ª a 8ª série), para a faixa etária de 7 a 14 anos.

Linha de pobreza: esse é um conceito polêmico entre os pesquisadores. O Banco Mundial adota como linha de pobreza a renda diária de até US\$ 2 *per capita* e como linha de indigência ou pobreza extrema a renda diária de até US\$ 1 *per capita*. Na elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o período 2004–2007, o governo brasileiro usou como referência de linha de pobreza o rendimento familiar mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo e como linha de indigência ou pobreza extrema a renda familiar mensal *per capita* de até 1/4 do salário mínimo.

População Economicamente Ativa (PEA): conjunto das pessoas com idade igual ou superior a 10 anos, exercendo trabalho remunerado, ou trabalhando sem remuneração em algumas atividades por mais de 15 horas semanais, ou à procura de trabalho.

Renda Mensal Vitalícia: garantia de um salário mínimo mensal, pago às pessoas com 70 anos ou mais e às pessoas portadoras de deficiência física, sem meio de subsistência, ou sem amparo. A RMV foi extinta em 1994, com a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada, não havendo novas concessões da renda a partir de 1º/1/1996.

Taxa de alfabetização: percentual de pessoas com mais de 15 anos capazes de ler e escrever um bilhete simples (ou seja, adultos alfabetizados). A taxa de alfabetização é obtida pela divisão do total de alfabetizados maiores de 15 anos pela população total de mais de 15 anos de idade do município pesquisado.

Taxa de freqüência escolar: proporção entre o número total de pessoas em todas as faixas etárias que freqüentam os níveis de ensino fundamental, médio e superior em relação ao total de pessoas na faixa etária de 7 a 22 anos.

Taxa líquida de escolarização: é o número de alunos matriculados num determinado nível de ensino, com idade correspondente à idade teórica de freqüência desse nível de ensino.

Taxa de participação no mercado de trabalho: é o coeficiente entre a população que se encontra trabalhando ou na condição de desempregado à procura de trabalho e a população em idade ativa – População Economicamente Ativa (PEA) ÷ População em Idade Ativa (PIA).

Unidades de Conservação de Uso Sustentável: são aquelas em que a conservação dos atributos naturais convive com formas de exploração de parte dos recursos disponíveis em regime de manejo sustentável. Exemplos: Florestas Nacionais (Flonas), as Reservas Extrativistas (Resex), as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Arie).

Unidades de Conservação de Proteção Integral: são aquelas destinadas à preservação dos ecossistemas em estado natural com um mínimo de alterações, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Exemplos: Parques Nacionais (Parna), Reservas Biológicas (Rebio), Estações Ecológicas (Esec), Reservas Ecológicas (RE) e as Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPN).

Referências

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento – Presidência da República, coordenação Ipea, setembro de 2005.

O Compromisso das Empresas com as Metas do Milênio – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2004.

Ferramentas de Gestão 2005 – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2005.

Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2006.

Fontes na internet

Ação Fome Zero

www.acaofomezero.org.br

CDI – Comitê para a Democratização da Informática

www.cdi.org.br

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

www.ibase.org.br

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

www.ibge.gov.br

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

www.ethos.org.br

Instituto Observatório Social

www.observatoriosocial.org.br

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

www.ipea.gov.br

Nós Podemos – 8 Jeitos de Mudar o Mundo

www.nospodemos.org.br

Pacto Global

www.unglobalcompact.org

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

www.pnud.org.br

Prêmio ODM Brasil

www.odmbrasil.org.br

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

www.unicef.org/brazil/odm.htm

Realização

INSTITUTO
ETHOS

EMPRESAS E
RESPONSABILIDADE
SOCIAL
BUSINESS AND SOCIAL
RESPONSIBILITY

www.ethos.org.br

Patrocínio


natura
bem estar bem


The Chemical Company







Apoio institucional



THE FORD FOUNDATION
(Fundação Ford)

Apoio





RECICLATO[®]
SUZANO

Impresso em Reciclato Suzano[®] — capa 180 g/m², miolo 75 g/m² — da Suzano Papel e Celulose, o primeiro papel offset brasileiro 100% reciclado produzido em escala industrial.